



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

Aprovado em ~~Discussão Única~~ na Sessão 1

Ordinária de 07 / 03 / 2007

POR UNANIMIDADE

ATA nº 10/2007

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Março (03) do ano de 2007 (dois mil e sete), terça-feira, no Plenário Geraldo Costa Camargo, da Câmara Municipal de Hortolândia, Estado do São Paulo, realizou-se a 8ª Sessão Ordinária da Sessão Legislativa de 2007. Os trabalhos foram abertos sob a Presidência do Vereador Dr. George Julien Burlandy. Feita a chamada, constatou-se a presença dos Vereadores: Adailton Sá dos Santos, Antonio Socorro Evangelista, Carlos Pires de Campos, Clodomiro Benedito Gonçalves, George Julien Burlandy, José Geraldo da Silva, José Luiz Aparecido Ghiraldelli, Paulo Pereira Filho. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Ordinária às 19h05min. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Clodomiro Benedito Gonçalves, que por motivo de urgência na área médica, teria que se retirar e solicitou ao 1º Secretário que prosseguisse com os trabalhos. O Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Socorro Evangelista para ajudar o Vereador Clodomiro, nos trabalhos. "Está certo!" E vamos prosseguir aos trabalhos. Antes de se retirar do Plenário, o Vereador George declarou: "Quero deixar registrado em Ata, em relação ao Projeto de Urgência Especial, o meu voto favorável". Em continuidade dos trabalhos, já na Presidência da Sessão, o Vereador Clodomiro Benedito Gonçalves solicitou ao Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli que fizesse a Evocação Divina, em proteção aos trabalhos da Casa e a todos os presentes que ficassem em pé. **Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli:** "Maravilhoso Deus, Pai Eterno, em Sua infinita bondade, nós agradecemos pelo dom da vida e peço que coloque sobre todos nós. Seu manto protetor, concedendo paz amor e saúde a todas as famílias hortolandenses e peço também que os trabalhos realizados nessa Casa tragam muitos benefícios a nossa comunidade. Amém". Em seguida, o Senhor Presidente da Sessão colocou em discussão e votação a Ata nº 03/07, da Sessão Ordinária de 06 de Fevereiro de 2007. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores favoráveis permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. Aprovada a ATA por todos os Nobres Pares presentes. Em continuidade, o Senhor Presidente da Sessão solicitou ao 2º Secretário que procedesse a leitura dos Expedientes Gerais recebidos pela Câmara Municipal: 1 - Diretório Regional, SP, datado de 22/03/2007, Ofício-Circular PR nº 02/2007, no último dia 19/12/06, que homologou a Resolução nº 22.504 (cópia anexo) a fusão entre o Partido Liberal (PL) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), que resultou na criação do Partido da República - PR, conforme publicação no Diário da Justiça em 12/02/2007; 2 - Ofício Circular nº 08/07, da Câmara Municipal de Araraquara, datado de 14/03/07, referência sobre o requerimento de nº 103/07, de autoria da Vereadora



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

2

Juliana Andrião Damus, aprovado em Sessão Ordinária do dia 13/03/07, sobre a "videoconferência, como regra no interrogatório judicial" no âmbito do processo penal; 3 - Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Presidência, Comunicado de nº 21292/2007, datado de 19/03/07, no valor de R\$213.871,63, (duzentos e treze mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos) datado de 16/03/07, para programa Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 4 - Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Fundo Nacional de Saúde, datado de 19/03/07, valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), competência 02/2007, pagamento de Programa Farmácia Popular do Brasil; 5 - Prefeitura Municipal de Hortolândia, Secretaria de Finanças e Planejamento, Departamento Financeiro, Ofício nº 310/07, datado de 20/03/07, encaminha balancete da receita; balancete da despesa empenhada no período de 01/01/07 a 31/01/07; 6 - Ofício nº 97/07, do Hospital Municipal e Maternidade "Mário Covas", datado de 20/03/07, prestação de contas referente os recursos recebidos até 28/02/07 e os relatórios demonstrativos da produtividade do Hospital; 7 - Secretaria do Estado da Saúde, síntese da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde, sobre a Moção de Repúdio à Unicamp para Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia; 8 - Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Fundo Nacional de Saúde, datado em 22/03/07, valor de R\$30.513,68 (trinta mil, quinhentos e treze reais e sessenta e oito centavos), competência 02/07, pagamento de Teto Financeiro de Vigilância em Saúde TFVS; 9 - Ofício nº 324/07 SFP/DF, Secretária de Finanças e Planejamento, Departamento Financeiro, da Prefeitura Municipal de Hortolândia, datado de 23/03/07, que encaminha Boletim de Caixa e Bancos, período de 01/03/07 a 13/03/07. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Socorro Evangelista que procedesse a leitura da ementa do **Projeto de Lei nº 33/07**, de autoria do Vereador Clodomiro Benedito Gonçalves, que dá nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei nº 1.854 de 2007. Em continuidade, o Senhor Presidente comunicou ao Plenário a apresentação de 47 (quarenta e sete) indicações, solicitando à Secretaria que fizesse constar em Ata a relação das ementas das Indicações, bem como, do encaminhamento ao Executivo para as providências que entender cabíveis: **Indicação nº 466/07**, de autoria do Vereador José Geraldo da Silva, que indica reparos em tubulações no Jardim São Camilo; **Indicação nº 467/07**, de autoria do Vereador José Geraldo da Silva, que indica emplacamento das ruas do Jardim Terras de Santo Antonio, **Indicação nº 468/07**, de autoria do Vereador Antonio Socorro Evangelista, que indica manutenção na Rua da Mina, no Jardim Boa Esperança; **Indicação nº 469/07**, de autoria do Vereador José Geraldo da Silva, que indica limpeza de terreno na Rua Sebastião Lázaro da Silva, na altura do nº 730, no Jardim Nossa Senhora de Fátima; **Indicação nº 470/07**, de autoria do Vereador José Geraldo da Silva, que indica operação tapa-buraco na Rua Sebastião Lázaro da Silva esquina com a Rua 18, na altura do nº 930, no Jardim Nossa Senhora de Fátima; **Indicação nº 471/07**, de autoria do Vereador Carlos Pires de Campos, que indica poda de árvore na Rua Leila Diniz, nº 847, no Jardim Amanda II; **Indicação nº 472/07**, de autoria do Vereador Carlos Pires de Campos, que indica implantação de lombada na Rua Fernando Sabino, próximo ao nº 735, no Jardim Amanda II; **Indicação nº 473/07**, de autoria do Vereador Carlos Pires de Campos, que indica a instalação de um Cartório de Registro Civil e



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

3

Tabellionato de Notas no Jardim Amanda; **Indicação nº 474/07**, de autoria do Vereador Clodomiro Benedito Gonçalves, que indica redutor de velocidade nas Ruas Benedito Gomes da Silva e Agnaldo Roberto Zanré, no Parque São Miguel; **Indicação nº 475/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de recapeamento da massa asfáltica na Rua Sempre-Viva, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 476/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de reparo da massa asfáltica (tapa-buraco) na Rua Agnaldo Roberto Zanré, no Parque São Miguel; **Indicação nº 477/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de reparo da massa asfáltica (tapa-buraco) na Rua Jequitibá, no Parque dos Pinheiros; **Indicação nº 478/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de reparo da massa asfáltica (tapa-buraco) na Rua Maria de Lourdes Cangleriane Cancian, no Loteamento Remanso Campineiro; **Indicação nº 479/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de limpeza e roçagem de terreno baldio na Rua Irmão Santos Freire, no Jardim Nova Hortolândia; **Indicação nº 480/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de desassoreamento das margens do córrego que passa pela Vila São Pedro; **Indicação nº 481/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de reparo da massa asfáltica (tapa-buraco) na Rua 04, no Recanto do Sol; **Indicação nº 482/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de limpeza e roçagem de terreno baldio na Rua Paulo Veiga, no Parque São Miguel; **Indicação nº 483/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de reparo da massa asfáltica (tapa-buraco) na Rua Lírios do Campo, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 484/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de limpeza e roçagem de terreno baldio na Rua Alecrim, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 485/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de patrolamento nas Ruas Alecrim e Miosótis, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 486/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de limpeza e roçagem de terreno baldio na Rua Cândido Figueiredo Breda, na Vila São Pedro; **Indicação nº 487/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de retirada de entulho na Rua Almada Negreiros, no Jardim Amanda I; **Indicação nº 488/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de mutirão de combate à dengue no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 489/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de roçagem, limpeza e retirada de entulho de terreno baldio localizado na estrada que liga o Jardim São Sebastião ao Jardim Interlagos; **Indicação nº 490/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica gratificação para professores públicos municipais; **Indicação nº 491/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de limpeza e roçagem da área localizada entre os bairros Recanto do Sol e Jardim São Jorge; **Indicação nº 492/07**, de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho, que indica serviços de limpeza e roçagem dos terrenos baldios do Jardim Nossa Senhora de Fátima; **Indicação nº 493/07**, de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica troca de iluminação pública em todas as ruas do Jardim Santa Clara do Lago I; **Indicação nº 494/07**, de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica serviço de iluminação pública entre as Avenidas Vitória Régia e Flores do Campo, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 495/07**, de autoria do Vereador



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

4

José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica a operação de roçagem e limpeza entre as Avenidas Vitória Régia e Flores do Campo, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 496/07**, de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica calçada com guia rebaixada entre as Avenidas Vitória Régia e Flores do Campo, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 497/07**, de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica jardinagem entre as Avenidas Vitória Régia e Flores do Campo, no Jardim São Sebastião; **Indicação nº 498/07**, de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica operação tapa-buraco na Rua José Alves Teixeira, em frente aos nºs 166 e 265, no Jardim Santa Clara do Lago I; **Indicação nº 499/07**, de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, que indica mudança de poste na Rua Maria da Piedade Camargo, no Parque Santo André; **Indicação nº 500/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica limpeza em terreno baldio localizado à Rua Paulina Rosa, esquina com a Rua Tancredo Neves, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 501/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica limpeza geral no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 502/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica limpeza em calçada na Rua René Descarte, nas imediações da Escola Estadual, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 503/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica operação tapa-buraco na Rua René Descarte, em frente ao nº 86, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 504/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica operação tapa-buraco na Rua Gonçalves Dias, em frente ao nº 145, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 505/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica operação tapa-buraco na Rua José Carlos Pace, em frente ao nº 99, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 506/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica operação tapa-buraco na Rua Felipe Camarão, em frente ao nº 120, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 507/07**, de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki, que indica operação tapa-buraco na Rua Paulina Rosa, em frente ao nº 357, no Jardim Santa Rita de Cássia; **Indicação nº 508/07**, de autoria do Vereador Gervásio Batista Pozza, que indica vistoria de fiscalização para fins de retirada de árvore na Rua Vergílio Pompeu de Camargo, nº 50, no Jardim Santa Izabel; **Indicação nº 509/07**, de autoria do Vereador Gervásio Batista Pozza, que indica operação tapa-buraco na Rua Bráz Rodrigues de Souza, em frente ao nº 138, no Loteamento Remanso Campineiro; **Indicação nº 510/07**, de autoria do Vereador Gervásio Batista Pozza, que indica operação tapa-buraco na Rua Amaro Marcolino dos Santos, próximo ao nº 109, no Jardim Nova Hortolândia; **Indicação nº 511/07**, de autoria do Vereador Gervásio Batista Pozza, que indica patrolamento na Rua Santo Expedito, no Jardim Nova América; **Indicação nº 512/07**, de autoria do Vereador Gervásio Batista Pozza, que indica patrolamento na Rua São João Del Rey, no Jardim Nova América. Concluída a leitura das Indicações, o Senhor Presidente comunicou ao Plenário que foram apresentados 26 (vinte e seis) Requerimentos. Por **Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho**, solicitou que fosse consultado o Plenário para que se procedesse somente a leitura das ementas dos Requerimentos. Pelo Senhor Presidente foi considerado pertinente a Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho, submetendo-se ao Plenário sua aprovação. Os Vereadores que concordam com a leitura das ementas dos Requerimentos permaneçam como estão,



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

5

os contrários que se levantam. Aprovado por todos os Vereadores presentes. Em continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário que procedesse a leitura da ementa do **Requerimento nº 209/07, de autoria do Vereador Jonas Pereira de Lima**. Em razão da ausência do Vereador, o Senhor Presidente declarou prejudicada, no momento, a apreciação do Requerimento nº 209/07. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Socorro Evangelista que procedesse a leitura das ementas dos **Requerimentos de autoria do Vereador José Luiz Aparecido Ghirdelli e outros: Requerimento nº 210/07**, que requer instalação de um segundo Cartório no Município de Hortolândia; **Requerimento nº 220/07**, que requer informações sobre falta de especialistas na área de neurologia e psiquiatria (adulto e infantil) na Rede Municipal; e dos **Requerimentos de autoria do Vereador Lenivaldo Pauliuki e Clodomiro Benedito Gonçalves: Requerimento nº 221/07**, que requer informações sobre reciclagem do lixo; **Requerimento nº 223/07**, que requer informações sobre a venda da Empresa de Ônibus Rosa dos Ventos; **Requerimento nº 224/07**, que requer informações sobre melhorias no Loteamento Adventista Campineiro e **Requerimento nº 225/07**, que requer informações sobre verba da Secretaria do Meio Ambiente. Os Requerimentos estão em discussão. O Senhor Presidente da Sessão solicitou ao 2º Secretário que ocupasse a Presidência desta Casa, para que pudesse fazer uso da palavra. O Vereador Paulo Pereira da Silva, na Presidência dos Trabalhos, concedeu a **palavra ao Vereador CLDOMIRO BENEDITO GONÇALVES**: "Senhor Presidente, Nobres Pares. Eu queria aqui estar falando sobre o Requerimento 210, onde solicito ao Executivo a questão do 2º Cartório de Registro de Imóveis em nosso Município. É sabido por todos que Hortolândia hoje, com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, possui somente um Cartório de Registro de Imóveis. É lamentável! Hoje o Jornal Todo Dia colocou uma fala diferente, que aquilo está mais para posto do INSS, do que um Cartório de Registro de Imóveis, uma vez que, para reconhecer um recibo ou uma assinatura de reconhecimento de firma, se perde ali, mais que uma hora para estar sendo contemplado com esta exigência no documento. Então, venho solicitar, não só ao Executivo, mais aos órgãos competentes, a possibilidade de estar trazendo um segundo Cartório de Registro de Imóveis. Queria dizer também, que neste requerimento faço a indicação para que seja na região do Jardim Amanda uma vez que o Jardim Amanda, hoje, tem mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, e o pessoal tem dificuldade para vir ao Cartório de Registro de Imóveis para reconhecer simplesmente uma assinatura. Então, gostaria muito, inclusive vou colocar a disposição de todos os colegas para que possam assinar em conjunto este documento, para que realmente venha abrir os olhos das autoridades, para que este Cartório venha contemplar o nosso Município. Também queria me ater ao **Requerimento 224**, requerimento onde se fala de informações sobre melhorias no loteamento Adventista Campineiro. Como é sabido por todos os Nobres Pares, aqui eu tenho uma propriedade naquele local, que muitos já falaram em fazer alguma coisa por aquele local, e hoje está uma dificuldade até para as pessoas transitarem ali. Não tem o asfalto. Não foi contemplado ainda que é uma vontade muito grande daquela população no qual eu e o Vereador Lenivaldo, até elaboramos este Requerimento solicitando algumas informações ao Poder Executivo do nosso Município, para que venha contemplar as reivindicações daquele povo tão sofrido ali

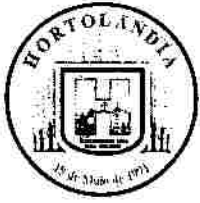


Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

6

do Loteamento Adventista Campineiro. Também quero colocar aqui a disposição de todos os Nobres Pares, se quiserem assinar conjuntamente, com estes 02 (dois) Vereadores, ficaria muito agradecido e muito contente. Muito Obrigado Senhor Presidente". Em seguida, o 2º Secretário solicitou ao Vereador Clodomiro Benedito Gonçalves que reassumisse a Presidência dos trabalhos, para que pudesse fazer uso da palavra. Na Presidência da Sessão, o Vereador Clodomiro, registrou correção de sua fala, para constar onde disse Cartório de Registro de Imóveis, queria dizer Cartório de Notas. **Com a palavra o Vereador PAULO PEREIRA FILHO:** "Senhor Presidente, Senhores Vereadores, satisfação vir até esta Tribuna. Queria Nobre Vereador e Presidente em exercício Clodomiro, dizer que, se Vossa Excelência permitir, gostaria de corroborar assinando este documento que trata da questão do Cartório de Notas e Registro, que Vossa Excelência faz, se eu não tiver equivocado parece-me que li, nas indicações aqui, também o Vereador Carlos Pires faz uma indicação sobre o mesmo tema, ali na região do Amanda haja vista a necessidade premente que a nossa Cidade tem de ter outros Cartórios de Registro e Notas em nosso Município, porque não é possível com uma população do tamanho da nossa Cidade, possa apenas contar com estes poucos recurso que nós temos hoje. Hortolândia cresce a cada passo, e é fundamental que a gente possa ter também uma estrutura tática da organização da Cidade. O Cartório de Registro e Notas também não é diferente disto, para que nós possamos de fato ter uma cidade organizada também no ponto de vista legalista. Queria pedir então, que Vossa Excelência pudesse deixar para que este Vereador pudesse assinar conjuntamente esses Requerimentos. Eu queria me ater também sobre o Requerimentos de Vossas Excelências, Vereador Clodo, George e José Luiz Ghiraldelli, que fala sobre a questão da falta de especialistas na área de Neurologia e Psiquiatria adulta e infantil, na Rede Municipal de Saúde, que já foi aqui palco, a alguns dias, nesta Tribuna desta Casa. Já foi aqui, também, na presença de membros do Conselho de Saúde, que trataram do episódio de como que anda a situação da Psiquiatria em particular no nosso Município. Vejo que este Requerimento é de fundamental importância, Nobres Vereadores. Gostaria, também de assiná-los porque, geralmente as pessoas que tem algum tipo de problema de saúde, particularmente aqueles com problemas psicológicos e até psiquiátricos, até por não ser a maioria da população da nossa Cidade, tem que se ater a estas pessoas, como não sendo necessário se ter um trabalho à altura de atendimento da necessidade destas pessoas. Em muitos lugares, às vezes são tratadas não como seres humanos, haja vista a quantidade de denúncias que nós vemos na TV com relação que se trata tanto o idoso, quanto àqueles que têm problemas psiquiátricos. Então, eu entendo que é preciso que a gente tenha uma atenção adequada, até porque estas pessoas merecem e necessitam ser tratada com dignidade, e entendo que nós conseguiremos quando dermos a eles uma condição de terem um tratamento adequado, a sua doença, especificamente aquele problema que ele está vivendo. Acho que é uma maneira de nós da sociedade retribuir a eles, pelo menos um tratamento decente. Então por isto, gostaria de assinar conjuntamente com Vossas Excelências estes requerimentos. Quero falar também sobre o Requerimento 224, onde Vossas Excelências pedem aqui informações sobre melhorias no Loteamento Adventista Campineiro. Este Vereador tem feito inúmeros documentos. eu estou aqui com várias requisições, e a



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

7

primeira é datada do dia 18 de Abril de 2005, 04 meses depois que havíamos assumido o Mandato. Onde nós pedíamos ali, indicamos a limpeza em terreno baldio e o patrolamento das ruas. Fizemos uma indicação, inclusive, municiada de um abaixo-assinado que é da edificação de uma Praça de Esportes, no Loteamento Adventista Campineiro. E infelizmente, nós não fomos ainda atendidos nesta questão. Numa conversa com moradores, em uma reunião que fiz lá no Loteamento Adventista Campineiro, Nobre Presidente, tirei desta reunião um requerimento, porque se fala muito com relação à pavimentação asfáltica do Loteamento Adventista Campineiro, mais até hoje ninguém apresentou o projeto de pavimentação asfáltica. Então fica uma coisa dita por não dita. Então, quando foi na data de 25 de Abril de 2006, fiz um requerimento ao Prefeito Municipal, solicitando dele, que me enviasse os projetos da pavimentação asfáltica do Loteamento Adventista Campineiro, e a resposta é de que ainda não existia tal projeto, e iriam ser confeccionados. Em 22 de fevereiro de 2007, fiz um outro requerimento ao Prefeito Municipal, solicitando dele saber se já existiam os projetos do Loteamento Adventista, e de alguns outros bairros também que se encontram sem a condição de pavimentação asfáltica. E no dia 27 de fevereiro de 2007, fiz um outro Requerimento, solicitando informações sobre o Loteamento Adventista Campineiro, para saber sobre o tal projeto de pavimentação asfáltica, se ia acontecer agora em 2007. Deste último Requerimento eu não obtive ainda informações oficiais da Prefeitura, estou no aguardo, mas quero com isto demonstrar que esta Casa, não só este Vereador, Vossa Excelência, o Vereador Lenivaldo também, que me lembro de pronto, já fizemos inúmeros documentos tentando fazer com que a coisa lá no Loteamento Adventista pudesse de fato, ter acontecido. Neste final de semana agora, Sábado precisamente, e hoje, o Gerente da manutenção da Prefeitura me ligou para me informar, o Senhor Luís Mário, de que uma outra indicação que nós tínhamos para fazer limpeza da Rua Pastor Ernesto Rut, ali onde tem aquela canaleta, que vira e mexe fica entupida, seja por sujeira, detrito, mato e inúmeras questões que terminam impedindo o córrego daquela água. Ele me disse que no Sábado, foi feita uma limpeza em toda a extensão do Pastor Ernesto Rut. Eu não tive oportunidade de passar hoje lá, eu recebi hoje esta ligação, para saber se aconteceu tal limpeza, como me foi descrito hoje pelo telefone. O que eu acho que é importante, é de que nós estamos nesta Casa, tentando por várias maneiras, por vários caminhos fazer com que chegue até o Loteamento Adventista Campineiro, esta questão da pavimentação asfáltica que é uma reivindicação antiga daqueles moradores. Um outro requerimento que eu gostaria de discutir aqui Nobre Presidente, é com relação à questão de Vossa Excelência e do Vereador Lenivaldo, que fala sobre as informações sobre as verbas da Secretaria de Meio Ambiente. Eu entendo que é fundamental, que nós possamos saber qual é o recurso que esta Secretaria dispõe, se de fato nós quisermos poder desenvolver programas, principalmente de recuperação dos mananciais, de proteção dos nossos mananciais. É preciso que esta Secretaria tenha realmente condições, e estas condições voltadas em verbas, voltadas em estrutura física, em estrutura humana, e tenha também equipamentos para que ela possa dar respostas necessárias para as atrocidades que já aconteceram nesta Cidade, no que tange a questão do desmatamento, a poluição, onde o Estado nosso, em particular é grande



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

8

responsável pela destruição dos nossos mananciais. Então, se Vossa Excelência também permitisse, gostaria de assinar conjuntamente este Requerimento. Muito Obrigado". Pelo Senhor Presidente foi dito que os Requerimentos continuavam em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores que concordassem com os Requerimentos permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. Aprovado por todos os Vereadores presentes.

Questão de Ordem do Vereador Carlos Pires de Campos: "Quero, primeiramente, parabenizá-lo pelo Requerimento, pela aprovação. E, aproveitando, sendo que a indicação que esse Vereador fez também sobre o Cartório que os Vereadores estão dispostos a assinar, gostaria que assinassem a Indicação, pois vai trazer muito mais força para que possa acontecer, de repente, realmente esse Cartório, no Jardim Amanda".

Senhor Presidente: "A Questão de Ordem do Vereador Carlos Pires de Campos é pertinente. Gostaria de pedir ao 2º Secretário que localizasse a Indicação de Vossa Excelência e que também passasse junto com os Requerimentos, que ficou à disposição de todos, para que assinassem conjuntamente então". Em continuidade, o Senhor Presidente informou ao Plenário que o **Requerimento nº 209** foi assinado conjuntamente pelo Vereador José Luiz Aparecido Ghiraldelli, o que possibilitou que o Senhor Presidente solicitasse ao Vereador Antonio Socorro Evangelista que procedesse a leitura do **Requerimento nº 209/07**, que requer informações sobre segurança na E.E. Profª Conceição Aparecida Cordinales, no Jardim Amanda II. O Requerimento foi à discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores que concordassem com o requerimento permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. O Requerimento foi aprovado por todos os Vereadores presentes. Em continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário que procedesse à leitura dos **Requerimentos autoria do Vereador Carlos Pires de Campos: Requerimento nº 211/07**, que requer informações sobre falta de merendeiras e equipe de apoio nas escolas; **Requerimento nº 212/07**, que requer informações sobre manutenção e recuperação urgente do asfalto da Rua Francisco João Cardoso, no Jardim Nova Hortolândia. O Requerimento foi à discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores que concordassem com o requerimento permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. Aprovados por todos os Vereadores presentes. Em continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Evangelista, que fizesse a leitura das ementas dos **Requerimentos de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho: Requerimento nº 213/07**, que requer informações sobre vistorias realizadas nas Chácaras Reymar; **Requerimento nº 214/07**, que requer informações sobre alterações no cargo de recreacionista; **Requerimento nº 215/07**, que requer informações sobre a contratação de fisioterapeutas para a Rede Pública; **Requerimento nº 216/07**, que requer informações sobre casos de dengue no Jardim Nossa Senhora de Fátima; **Requerimento nº 217/07**, que requer informações sobre área localizada na divisa dos bairros Jardim São Jorge e Recanto do Sol; **Requerimento nº 218/07**, que requer informações sobre cobertura nos pontos de ônibus das linhas intermunicipais; **Requerimento nº 219/07**, que requer informações sobre transporte gratuito para os alunos do CCART - Centro de Convivência, Aprendizagem, Reabilitação e Trabalho; **Requerimento nº 222/07**, que requer informações sobre sindicância administrativa na Hortoprev; **Requerimento nº**



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

9

226/07, que requer informações sobre a regularização e urbanização do Jardim Estrela; **Requerimento nº 227/07**, que requer informações sobre estrutura da Defesa Civil de Nosso Município. Os Requerimentos estão em discussão. **Com a palavra o Vereador PAULO PEREIRA FILHO**: "Senhor Presidente, Nobres Vereadores. Eu quero iniciar falando a respeito do **Requerimento 214**. Estou fazendo aqui Nobres Pares, esta Casa iniciou uma luta, em 2005, quando nós pedíamos a redução da carga horária de Recreacionistas de 08 (oito) para 06 (seis) horas, em função da quantidade de crianças que elas trabalhavam, durante todo o dia, em função de inúmeros problemas de saúde, que estas Recreacionistas terminavam ficando expostas, por ficarem 08 (oito) horas cuidando de um número de quase, um pouco mais de 02 (duas) dezenas de crianças, durante 08 (oito) horas seguidas. E isto causou stress, causou inúmeros problemas inclusive de ordem Psicológicas e muitas Recreacionistas tiveram que se ausentar ficarem de licença da Prefeitura em função deste stress todo vivido. E nós iniciamos aqui, que foi depois acoplada por um estudo feito pela Secretaria de Educação, com aval, e aqui a aquiescência do Prefeito Municipal, onde nós conseguimos chegar a vitória de ter às 06 (seis) horas, para as Recreacionistas, e hoje no nosso Município as Recreacionistas trabalham apenas 06 (seis) horas, o que vai minimizar muito o sofrimento daquelas profissionais, no tangente a ter que ficar 08 (oito) horas voltadas ao seu trabalho, agora com 06 (seis) horas, tem 02 (duas) horas para fazer curso, fazer alguma, outra qualificação, alguma outra coisa e com isso nós vamos ter um quadro menor de incidência e com isso, menos problemas de saúde. Com este **Requerimento 214**, inicio aqui uma nova luta, no tangente ao seguinte, algumas Cidades da região, já aboliram a questão da Recreacionistas, com qual mentalidade, ora a recreacionista ela toma conta das nossas crianças. Então elas terminam brincando, falando, lendo historinhas, elas têm várias ações ali, que na realidade, tem um papel muito mais voltado a ser uma Educadora Infantil, do que pura e simplesmente, uma Recreacionista, no sentido de fazer alguma coisa, por um momento de recreação das nossas crianças. O que eu estou pondo neste Requerimento, solicitando um estudo da Secretaria de Educação é para que o Prefeito Municipal possa solicitar, agora ao novo Secretário, que vai tomar posse na Educação. Para pedir a ele um estudo da possibilidade, inclusive, verificar se existe possibilidade, ou via FUNDEB, ou via verba da própria Secretaria de Educação, que nós pudéssemos desenvolver um projeto ou um estudo, que pudessem garantir as nossas Recreacionistas, fazerem o curso de Pedagogia. E aí verificar juridicamente dentro da própria estrutura do Estatuto do Servidor, a possibilidade, inclusive, de adequar este Estatuto a esta nova realidade. E que nós não tenhamos mais Recreacionistas, mas passamos a ter Educadoras Infantis. Porque aí você vai ter uma outra realidade, uma formação voltada, uma faculdade para estas Recreacionistas, das quais entendo eu, que o Município poderia buscar formas, senão de pagar totalmente este curso, mas de buscar formas, de pelo menos, um convênio ou parcerias, reduzir drasticamente o valor de uma faculdade hoje. Para que elas pudessem ter acesso a esta faculdade, e dar toda a condição para que elas possam fazer o curso de Pedagogia, e nós fazemos esta transformação básica na Rede Municipal de Educação. Pode parecer para alguns, que isto não tenha muito efeito, não cause nenhuma transformação. Mas nós vamos passar a ter, se houver



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

10

condição de tocar este projeto. Educadoras Infantis, que é totalmente diferente da concepção, da situação pura e simples da Recreacionista. Porque, na prática Recreacionistas, é a meu ver, pelo menos, uma Educadora Infantil. Então início este processo Nobres Vereadores, e se Vossas Excelências permitissem gostaria que Vossas Excelências pudessem assinar conjuntamente, porque este documento ele vai começar um processo nesta Casa, pedindo ao Executivo que nós possamos estar revendo conceitos na questão da Educação, e rever conceitos neste sentido a meu ver vem para valorizar tanto a Recreacionista, vem para re-qualificar, e vem para preparar melhor as Recreacionistas, para que elas possam estar tratando de maneira cada vez melhor as crianças nossas, que estão sobre os seus cuidados. Então entendo que esta é uma questão que vai falar muito sobre isto. Tive uma reunião com as Recreacionistas e elas ficaram muito satisfeitas de imaginar esta possibilidade, e não estamos aqui inventando a roda. Algumas Cidades já desenvolveram este projeto, algumas Cidades já fizeram esta mudança. Em algumas Cidades não se contrata mais Recreacionistas. Em algumas Cidades apenas são os Educadores Infantis que lá trabalham, com pedagogia, inclusive. Então, entendo ele, e está é uma luta que nós iniciamos, não sabemos quanto tempo vai demandar, mais que ao final dela, quando a vitória chegar, com certeza as nossas crianças terão sucesso, serão muito melhores acolhidas e atendidas, não que não o seja hoje, mas acho que as qualificações das recreacionistas podem garantir, para as recreacionistas, podem garantir uma condição melhor para ambos. Falo Nobres Vereadores, sobre a questão do **Requerimento 215**, onde eu peço a contratação de Fisioterapeuta para a Rede Pública de Saúde. É sabido por todos que nós temos aqui na Avenida Anhanguera ali, Centro de Reabilitação e Fisioterapia do nosso Município. E é sabido também, que existe uma fila, uma demanda muito grande ali, de espera na Rede Municipal, por vaga para tratamento Fisioterápico. Como nós fizemos um concurso público na Rede Municipal de Saúde, e nós temos lá vagas, de Fisioterapeuta que foram aprovados no concurso, eu estou Requerendo aqui, informações do Secretário de Saúde, para saber quando vão ser feitas estas contratações, porque nós precisamos, a Cidade precisa. É muito grande o número de pessoas que estão aguardando vaga para fisioterapia, principalmente o pessoal da idade, já acima dos 50 (cinquenta) anos, que precisam com mais frequência deste serviço, e nós precisamos ter condição de atender num espaço melhor, estes cidadãos que buscam por este serviço. Então, faço o Requerimento para poder provocar no Secretário de Saúde, uma resposta no momento em que vai acontecer as contratações, se é que já não foram pedidas pelo mesmo. Outro **Requerimento** que faço, **216**, eu falo aqui a respeito da Dengue, uso a questão do Jardim Nossa Senhora de Fátima, como exemplo. Mas quero saber dos números reais que o nosso Município vive, nesta questão da Dengue. Eu tive o desprazer, Nobres Vereadores, de ir ali até o Jardim São Sebastião, na antiga ETE, Estação de Tratamento de Esgoto, que tem ali no final da divisa ali do Jardim São Sebastião, ali já próximo da área verde. E a Estação de Tratamento que está lá, o portão está fechado de um lado, mas os tanques estão, na sua maioria, todos cheios de água. Se não produzem o mosquito da Dengue, em função da água ser suja, que são dejetos que chegaram até ali, por outro lado continuam proliferando pernilongos, a dar com pau, ali dentro. Eram nuvens de pernilongos e levei lá o pessoal da



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

11

Vigilância, da Zoonose, que quando viram ficaram assustados, e falando com o Dr. Alexandre, hoje responsável pela Zoonose, dizia ele: olha, é preciso que a Sabesp venha aqui e liberem esta água, solte isto. Não é mais admitido ter uma situação dessa parada aqui dentro. Sem contar o cheiro fétido daquele recipiente, que toma conta daquele recipiente, que toma conta de uma boa parte do Bairro nos dias de Sol. Você não consegue ficar ali próximo pela caatinga, o mau cheiro que ali exala. Você tem ali um criadouro de pernilongo, que se por algum motivo não cria o Aedes Aegypti, que é o específico que conduz a Dengue, mas você pode ter nas chuvas alguns recipientes, algum espaço ali que acolha a chuva, e possa ser usado em relação a Dengue. O pessoal da Zoonose foi lá, fumaçou, colocou remédio, fez toda aquela situação, Mas é fundamental que nós saibamos qual é este quadro real da Dengue. É fundamental que a Sabesp seja parceira nossa também neste processo. Os cartazes, hoje, soltos na Cidade, dizem muito claro, que este é um problema de todos nós. É evidente que sim, não vamos aqui falar desta incompetência, de quem gerenciou a Saúde não o fez. Não adianta nós tratarmos do passado, é fundamental que a gente possa desenvolver ações agora, no presente, para corrigir este problema que nós estamos vivendo hoje. Porque a situação da Dengue no nosso Município se alastra de maneira contundente, o exemplo que eu uso aqui do Jardim Nossa Senhora de Fátima, num pequeno quarteirão, tinham 03 (três) pessoas com Dengue, de casas diferentes. Ou seja, naquele quarteirão a situação da Dengue estava absurdamente grande. E aí é preciso, e faço esse Requerimento para saber da Saúde quais são os trabalhos que estão sendo feitos, concretamente, para que a gente possa melhorar esta situação da Dengue no nosso Município. E mais, quero saber qual é o trabalho preventivo que nós vamos ter, para que o ano que vem, nós não soframos o que estamos sofrendo este ano. Nós estamos sofrendo este ano, porque não foi feito um trabalho preventivo, que deveria ter sido feito no ano passado. Então nós precisamos fazer um trabalho preventivo agora, para garantir esta mudança. Isto numa conversa com o Diretor Administrativo, Senhor Antonio Meira, que implementou inúmeras ações lá quando ainda Diretor de Saúde, para que nós pudéssemos minorar este quadro, de maneira efetiva, e fizeram lá com a sua equipe um grande trabalho. Na verdade, evidentemente estão correndo atrás da vareta, porque a equipe que estava antes não desenvolveu o que eles estão desenvolvendo hoje, mais de qualquer forma, eu quero saber qual é o verdadeiro quadro da Dengue, e faço aqui algumas solicitações. Ainda falando da questão da Dengue do loteamento do Jardim São Sebastião, todo o esgoto que deveria descer, ser tratado naquela ETE e depois ser jogado, lançado tratado no rio, ele está indo direto para o rio, que ele enche lá e fica vazando um pouquinho que vai embora para o rio *in natura*. Uma outra grande parcela, nós temos uma casa lá, na área verde, ao lado da estação, que por baixo dos canos da estação, estão passando por baixo de uma casa e correndo para o rio. Quer dizer, aquilo ali é uma tragédia anunciada, mais dias, menos dias, hoje ou amanhã, aquela casa vai ruir, porque é uma corrente muito forte de água, passando, literalmente ali embaixo, todo o tempo, todo o instante, sem parar, 24 horas, ou seja, a Sabesp novamente se demonstra irresponsável. Mas sobre a Sabesp quero falar num outro momento. O **Requerimento 218**, Nobres Pares, eu estou requerendo aqui informações sobre a questão de coberturas de ponto de ônibus. Eu fiz algumas reuniões na Cidade, com



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

12

vários Bairros diferentes, onde a reclamação dos moradores me chamou a atenção a ponto de lavrar este documento. Porque hoje vários Bairros da nossa Cidade, vários pontos de ônibus, não tem se quer o mínimo de cobertura, seja ela da espécie que for. E as pessoas para poderem pegar o ônibus, têm que ficarem no sol, ou se oraram a Deus, e nasceu ali uma árvore, ficar ali embaixo daquela árvore, esperando o transporte coletivo. Só que no tempo de chuva elas terminam sofrendo deste processo. Então eu faço um requerimento para saber primeiro: de quem é a responsabilidade pela implantação deste ponto de ônibus? É da EMTU nas linhas intermunicipais? Em sendo, nós solicitamos a Prefeitura uma parceria, para que juntos, nós possamos pressionar a EMTU para desenvolver projetos e aplicar na prática a implantação destes pontos de ônibus, que possam pelo menos facilitar a vida daqueles que dependem do transporte público, seja ele intermunicipal ou municipal, para que eles possam ter o mínimo de condições de aguardar o ônibus, com dignidade. Para mim, a cobertura de ponto de ônibus também é uma demonstração de dignidade, e está muito associado à qualidade do transporte público. Porque se nós não temos o respeito, se a EMTU não faz aquilo que deveria fazer, não garante este mínimo direito. quanto mais à qualidade do transporte público que nós temos na nossa Cidade, no sentido intermunicipal. É fundamental que eles possam nos responder, para saber aonde a gente deve mexer neste caso. O **Requerimento 219**, eu estou aqui falando a respeito do CCART que é o Centro de Convivência e Aprendizagem e Reabilitação do Trabalho. Todos sabem aqui que fica no Jardim Santa Rita de Cássia. E ali nós temos uma entidade que trata e trabalha, com pessoas portadoras de necessidades e atenção especial. O que acontece é de que esta entidade não cobra para fazer o tratamento destas crianças lá, ela não cobra, só que as mães que não tem como levar estas crianças, elas precisam pagar R\$70,00 (setenta reais) por mês para que o transporte pago possa levá-la. Aí pegam em frente a sua casa e levam e etc e trazem de volta. Não vejo muito problema. O problema é que nem todas as mães, que tem filhos que necessitam de atenção especial, podem pagar R\$70,00 (setenta reais) por mês. Aí o que acontece, a criança portadora de necessidades especiais, acompanhados do pai ou da mãe, poder acessar o transporte público, sem ter que pagar. Só que o nosso transporte público é totalmente despreparado para receber idoso e pessoas portadoras de necessidades especiais. E aí o que acontece estas crianças juntos com suas mães, sofrem brutalmente para conseguir acessar este transporte público e terminam sofrendo e padecendo na busca deste trabalho e desta atenção. Então, faço este Requerimento verificando e pedindo ao Prefeito Municipal, para que ele possa na Secretaria, se for da sua responsabilidade, verificar a possibilidade, se nós não temos condições e aí nós Prefeitura Municipal, de poder dar para as mães o transporte gratuito, fazendo com que a perua que vai lá buscar, seja uma perua da Prefeitura, ou do convênio com a CCART, ou buscar uma forma que possa garantir a estas crianças, este direito de pelo menos ter um tratamento respeitado, e ter um tratamento para que eles possam ter uma oportunidade de ter uma vida diferente, uma vida melhor. Este caso, Nobres Vereadores, eu entendo que é de fundamental importância, porque esta é uma outra parte da nossa população, que além de todos os problemas, que todos nós sofremos na sociedade, ainda tem um problema ligado a questão da reabilitação, a questão da saúde, das necessidades especiais. Então,



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

13

entendi ser este um documento importante para que nós pudéssemos estar aqui tratando. O **Requerimento 222**, eu estou aqui pedindo informações sobre a questão da sindicância que a HORTOPREV divulgou nos jornais, no dia de hoje, falando do desvio de R\$7,6 milhões (sete vírgula seis milhões de reais) da HORTOPREV, que o Tribunal, na segunda instância, votou favorável ao parecer da primeira votação, ou seja, contra aceitar aquelas contas e apontando inúmeras irregularidades, inúmeras irregularidades, reconhecendo o desvio de R\$7,6 mi (sete vírgula seis milhões), e aí no jornal mesmo falava que está sendo feita uma sindicância. Eu peço ao Prefeito Municipal, eu quero saber a quantas anda esta sindicância? Quem são os envolvidos? Como é que está a apuração? Em que pé está esta apuração? Que tipo de ação está sendo feita pela Comissão de Sindicância? Por que eu entendo que R\$ 7,6mi (sete vírgula seis milhões) em comprovados estas denúncias, são R\$7,6mi (sete vírgula seis milhões) que foram tirados da HORTOPREV, da aposentadoria futura dos servidores, que amanhã vai dar problema. Amanhã nós podemos ter uma HORTOPREV deficitária, exatamente por má aplicação deste dinheiro. Então é importante que a gente possa tratar isto com seriedade e serenidade, para que nós possamos saber de fato qual é o problema que a HORTOPREV viveu, e quem são os responsáveis, para que possam ser punidos. Então faço este Requerimento com o objetivo de ter estas informações de maneira clara e direta. Gostaria apenas de falar de mais 02 (dois) Requerimentos, Senhor Presidente e Nobres Vereadores, para concluir minha passagem por esta Tribuna, na noite de hoje. Um outro Requerimento que faço é a respeito da regularização e urbanização do Jardim Estrela. Obtive informações que a Prefeitura, via Brasília, consegue um projeto de liberação de recursos, para poder fazer, não só a urbanização, mas também a construção de casas do Jardim Estrela, levando os moradores para o Primavera. Constroem as casas e depois traz esses moradores para que possam ter a sua casa com dignidade. Um trabalho digno de aplausos da Secretaria de Habitação. Precisamos reconhecer o esforço da Secretaria na pessoa do Secretário Paulo Amorim, que vem desenvolvendo um trabalho muito sério à frente desta Secretaria, mais eu quero saber em que pé está este processo? Esta liberação de recurso é de que ordem? Falam em R\$20.000.000,00 (vinte milhões), procede ou não procede? É verdade? Não é? Quando vai vir este dinheiro? Como vai ser a vinda deste dinheiro? Me falaram tudo isto, oficiosamente, que viria a fundo perdido. Então nós conseguimos uma dotação de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a fundo perdido do Governo Federal, é uma conquista fabulosa para nossa Cidade. Então eu quero saber estas informações, até para que a gente possa estar informando aquela população que muito nos pergunta a respeito daquela situação, e a gente por falta de informação, não consegue dar a informação correta. E para concluir, Senhor Presidente, Nobres Vereadores, venho aqui fazer uma defesa do **Requerimento 227**, perguntando sobre a estrutura física, humana e equipamentos que a nossa Defesa Civil que hoje se encontra. Defesa Civil estes dias atrás, nós temos uma árvore ali, aproximadamente, em torno de 35 (trinta e cinco) a 40 (quarenta) metros, na Rua Três A do Jardim Nova Hortolândia atrás da escola, do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, que fica no Jardim Nova Hortolândia, e esta árvore, ela está oca e aí tocaram fogo no tronco dela, e ela só está com a espessura mais ou menos em torno do seu tronco. É uma árvore muito alta, poucos galhos, mas muito alta. E a



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

14

queda desta árvore, por exemplo, ela vai cair, ou de um lado em cima de uma casa, do outro, cai em cima de outra casa. E o que nós estamos vendo, que na vistoria que fiz lá com o pessoal da Defesa Civil, que reconhecem através do Sargento Batista, totalmente dedicados a esta causa, reconhece que precisa ser derrubada aquela árvore, mas não temos equipamentos para fazer. Eu discuti um dia destes, com um Diretor da Prefeitura, porque eu perguntei para ele o que seria mais caro, a destruição daquela casa, com as pessoas que podem estar lá dentro, numa noite de chuva ou num dia de vento, ou o aluguel, ou a forma de achar uma maneira de contratar equipamentos que pudessem descer aquela árvore. Enquanto ela não causou prejuízo, a gente está pensando e eu acho que a qualquer hora desça, aliás, quero que ele responda para que eu consiga entender claramente a pergunta que fiz. Agora é importante que nós tenhamos moção, e eu faço este requerimento para provocar esta discussão, porque a Defesa Civil do nosso Município, ela tem hoje um caminhão de Bombeiro que não tem motorista, segundo o próprio relato do Sargento Batista, e tem uma Kombi 99. Eu quero saber se são só estes equipamentos, ou quais são os outros equipamentos que nós temos. E aqui faço um apelo ao Prefeito para que ele tenha conhecimento desta situação, que possa nos dar o mínimo de condição à Defesa Civil, para que ela possa fazer o trabalho dela dentro do que a lei respalde, que ela faça em função desta quantidade de chuva que nós temos no nosso Município, em função de tanto desabamento, desmoronamento, assoreamento de rios. Quer dizer, nós precisamos ter uma Defesa Civil equipada para que ela possa dar uma resposta rápida, não basta as pessoas chegarem no local e falar estamos aqui, mas o que vocês podem fazer? Nada! Porque não tem equipamentos. Então faço este Requerimento para saber claramente o que está acontecendo com a nossa Defesa Civil hoje, e para que nós possamos, Legislativo junto a provocação do Executivo, desenvolver uma ação clara e objetiva, para equipar a Defesa Civil, para que nós possamos dar as respostas que nós temos que dar, no tempo que temos que dar, e não possamos, depois, sofrer em consequência disto. Eram estes os documentos que eu queria tratar Senhor Presidente e Nobres Vereadores e se Vossas Excelências permitissem gostaria de ter a assinatura de Vossas Excelências. Muito Obrigado". Pelo Senhor Presidente foi dito que os Requerimentos continuavam em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores que concordassem com os requerimentos permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. Aprovados por todos os Vereadores presentes. Em continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Socorro Evangelista que procedesse a leitura dos **Requerimentos de autoria do Vereador Adailton Sá dos Santos: Requerimento nº 228/07**, que requer informações sobre esclarecimentos de recursos do FUNDEF; **Requerimento nº 229/07**, que requer informações sobre HORTOPREV; **Requerimento nº 230/07**, que requer informações sobre obras de pavimentação asfáltica no Município de Hortolândia; **Requerimento nº 231/07**, que requer informações sobre resposta do Requerimento nº 159/07, que dispõe sobre o Projeto de implantação do Parque Ecológico do Jardim Amanda; **Requerimento nº 232/07**, que requer informações sobre reunião com moradores do Jardim Santa Rita de Cássia, localizado na divisa dos Municípios de Hortolândia, Monte Mor e Campinas; **Requerimento nº 233/07**, que requer informações sobre compras de material de higiene pessoal pela

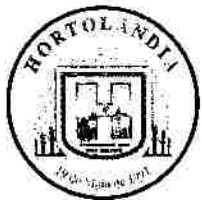


Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

15

Prefeitura Municipal de Hortolândia; **Requerimento nº 234/07**, que requer informações sobre a Rede Municipal de Saúde. Os Requerimentos estão em discussão. **Com a palavra o Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Senhor Presidente, Nobres Pares. Quero fazer um comentário sobre o **Requerimento 228**, de minha autoria, que está requerendo informações ao Senhor Prefeito, com relação a reunião do dia 26/03 que foi agendada, aonde os professores participariam desta reunião com o Secretário, aqui na nossa Casa, e que infelizmente foi desmarcada e não foi avisado a todos os professores. Como é um assunto de grande relevância, pois em se tratar da verba do FUNDEF, ficou aí indefinido e sem data prevista. Então, nós estamos aqui pedindo informações ao Senhor Prefeito, qual a razão do adiamento desta reunião. E aproveitando neste requerimento também..." **Vereador Paulo Pereira Filho:** "Vossa Excelência pode me dar um aparte, só por uma questão". **Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Você deixa eu terminar um pouquinho, já dou a palavra para o Senhor". **Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Eu tive a felicidade infelizmente, quero dizer aqui, não ironicamente, mas pessoas me ligaram dizendo que sexta-feira passada, na Secretaria de Educação, foram surpresas pela presença de pessoas do GAERCO e também da Polícia Federal, onde apreenderam documentos e computadores da Secretaria de Educação. Fiquei pasmo com esta situação e aqui estou querendo saber, qual razão do GAERCO ter ficado lá, segundo informações, até as onze e meia da noite. Alguma coisa está errada! O GAERCO é nada mais, nada menos um Órgão do Estado de São Paulo, onde cuida das questões de denúncia do crime organizado.... **Senhor Presidente:** "Vereador!" **Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "É inaceitável aceitarmos esta situação aqui." **Senhor Presidente da Sessão**, interrompendo a fala do orador da Tribuna, diz: "Eu solicito à Vossa Excelência, que o Senhor retorne as discussões dos requerimentos de sua autoria, veja, uma vez que os requerimentos de Vossa Excelência, nenhum se trata deste assunto. Então eu solicito a Vossa Excelência que volte na discussão dos requerimentos". **Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Perdão Nobre Par e Presidente em exercício, mas na pergunta três do meu requerimento, trato exatamente deste assunto. Então, vou ler todas as perguntas então: Qual a razão do adiamento desta reunião com relação ao FUNDEF?; 2 - Para que data esta reunião foi transferida e em qual local será realizada?; 3 - Qual a razão das diligências realizada pelo GAERCO e pela Polícia Federal, na última semana da Secretaria de Educação?; 4 - É verdadeira as informações de que foram apreendidos computadores e documentos da Secretaria de Educação? Caso sim, quantos computadores e quais os documentos apreendidos? Oras, eu ajudei a construir este Governo. Em campanha o Prefeito Municipal dizia que o Governo anterior era corrupto. Estou falando ainda da denúncia. Está aqui no requerimento, se precisar eu paro e falo no Requerimento, na questão expediente. Quero chegar aqui, no meu raciocínio é que a caixa preta podia ser aberta. Hoje ele é alvo de denúncia, é um absurdo aceitarmos no nosso Município, coisas como esta. No Jornal TodoDia, do dia 17/03, saiu aqui: "Tribunal suspende licitação da merenda em Hortolândia", suspeita é que o edital esteja direcionado para beneficiar empresas. Essa licitação Senhores, que foi feita, aonde a Secretaria de Educação, junto com o Departamento e a Secretaria de Finanças, elaboraram estes documentos para fazer a licitação, incluindo merenda escolar com



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

16

a cesta básica. Sabe como que funciona a licitação? Segundo a Lei 8.666/93, ganha aquele competidor que tiver o menor preço, com maior qualidade. O que eles fizeram, simplesmente, eles colocaram esta licitação, na modalidade pregão, aonde classificaram por lotes. O coitado do comerciante que quer participar da licitação, que só tem na sua razão social, ali na sua atividade, no seu contrato social, venda de arroz, feijão, no lote ele não pode participar, porque no lote, está lá arroz, feijão, legumes, enlatados. Automaticamente estas pessoas, que queriam participar, elas não vão participar. Então, se direciona as licitações para a empresa a, b, ou c. Recebi várias denúncias de pessoas que estavam abismadas sobre os acontecimentos aqui na nossa Cidade, aonde tive a oportunidade de fazer esta denúncia, no GAERCO do Ministério Público e no Tribunal de Contas. Fato é, como Vereador, fui eleito para fiscalizar. Esta é a função do Vereador. E foi isto que eu fiz. Só que, você faz as denúncias, o Ministério Público determina o Juiz, o Promotor que acompanha o caso. E imediatamente, quando eu protocolei no dia 14, às 10 (dez) horas da manhã, a abertura da licitação era no dia 15 (quinze), às 09 (nove) horas da manhã, e aí no local da abertura, já vi que ali o primeiro procedimento da abertura de envelopes não seria dado continuidade, em razão das irregularidades apontadas por este Nobre Par, e por uma outra empresa também, que fez a denúncia. Não significa que as minhas denúncias ou daquela empresa poderiam ser acatadas, são pessoas magistradas, entendidas do assunto, que por sua vez constatou a irregularidade e suspendeu. Hoje estão querendo fazer uma licitação de forma emergencial, sabe o que significa isto? Eles escolhem as empresas, aonde eles, entre as empresas, classificam o valor emergencial das mercadorias, ao preço que eles bem entenderem, por ser emergencial e por ser uma dispensa de licitação, então é o dinheiro do povo, das nossas crianças que está indo pelo ralo e isto nós não podemos aceitar. Por esta razão fiz o requerimento e fico feliz de saber que o Ministério Público, o GAERCO e o Tribunal de Contas, sempre que solicitado por esta Casa, irá como fez, fazer o seu trabalho de muita importância para a nossa Cidade. Já o **Requerimento 229**, que requer informações sobre obras de pavimentação asfáltica do Município de Hortolândia. Pessoas ligam para o meu Gabinete constantemente perguntando como que estão os andamentos das obras. O Prefeito Perugini, em Outubro, logo após as eleições, foi no Elton Pimenta dar a entrevista e parabenizar o povo. Justo, devidamente justo da sua colocação, quando elegeu sua esposa, Deputada Estadual. E aí um morador do Jardim Amanda disse o seguinte para ele, na televisão: "Porque as obras do asfalto do Amanda pararam, Senhor Prefeito?" Ele disse que era por causa da chuva. As chuvas não ocorreram em Outubro! Enquanto Campinas aceleradamente Novembro, dezembro, o Prefeito de Campinas não parou as obras, e a chuva não vinha. Até imagino o Senhor Prefeito, rezando para que a chuva viesse, e nada da chuva vir. Quando veio, tem justificativa. O povo aguarda, depois pararam as chuvas e as obras não ocorreram estão tudo paralisadas. Pois bem Senhores, passaram se mais de 02 (dois) anos da sua gestão, sabe quantos por cento foram asfaltados? Não chegou a 30 % (trinta por cento) do asfaltamento que ele prometeu entregar a toda a Cidade pavimentada até o final de 2008. Nos planos comunitários, que era pago e aonde nós falávamos no palanque, que era muito alto o valor e que estava caro. A primeira etapa, como vocês podem ver aqui, do Governo Anterior, dividindo o Jardim Amanda em três



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

17

partes, duas de menor proporção e uma de maior proporção, aonde a soma das duas da segunda e da terceira é igual à soma da primeira. Neste documento da Administração anterior, a Construtora Simoso, ela disse que a primeira etapa da construção do asfalto, aliás, ficaria em R\$ 12.642.062,10 (doze milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, sessenta e dois reais e dez centavos). Já a segunda etapa, eu não consegui achar o papel a tempo, ficaria em R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), por precisar um pouco mais de galerias. O que aconteceu? Era para ser feito, uma vez que era de graça e eu louvo o Senhor Prefeito pela atitude, defendi e defendo o asfalto de graça. Ele deveria ter cancelado aquele contrato com a Simoso e feito, imediatamente, um novo contrato que cedesse o asfalto de graça para a população. Não foi isto que aconteceu. Ele deu continuidade aquele contrato e hoje observa-se que há irregularidade, e não se pode mais fazer dentro daquele contrato. Ora, as máquinas pararam. Uma licitação para começar é fácil, mas o processo demora, chega até 90 (noventa dias). As chuvas pararam, as máquinas sumiram, contrato rompido e as obras não andam. Eu ouço um zum zum zum por aí, que embora errado o contrato, a Simoso, ainda conseguiu fazer 16 (dezesseis) ruas no Jardim Amanda, com mais duas e meia, que fizeram semana passada, 19 (dezenove) ruas. Vamos colocar um crédito maior, 20 (vinte) ruas, das mais de 115 (cento e quinze) ruas existente lá. É lamentável quando a gente vê, que aquele contrato de R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) que já tinha sido licitado, foram executados praticamente 20 (vinte) ruas, e hoje se vê um zum zum zum, que vai abrir uma licitação aonde o custo das obras, apenas do Jardim Amanda ficariam em torno de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), é um absurdo! Quem paga? É o povo! É assim que administraremos o dinheiro público? Não é este o Prefeito que eu defendi no palanque, onde disse que o asfalto era de graça, e que o custo ia ser menor. Hoje estão pagando 02 (duas) vezes mais. Cadê o Senhor Prefeito? Cadê a responsabilidade, que ele não tem com o dinheiro do povo? O dinheiro, Senhor Prefeito, não é seu, é do povo. O povo te elegeu para ficar lá 04 (quatro) anos, como nos elegeu também, para fiscalizarmos durante 04 (quatro) anos. Ora não podemos aceitar este tipo de coisa. Depois faz a licitação no valor exorbitante, vai falar que o Vereador A, B, é contra o asfalto. Contra o asfalto coisa nenhuma! Contra as falcatruas, contra a corrupção existente nesta administração, que irei provar ao longo do tempo. Não quero falar mais do assunto. Isto me dá tédio, tem horas que ser político, me enjoja, infelizmente é tão duro, mais chegaremos lá. Eu sei que tem pessoas sérias neste Brasil, que querem fazer políticas sérias, voltada ao povo, não voltada a uma pequena minoria. **Requerimento 231**, que requer informações sobre resposta do requerimento 159, que dispõe sobre o projeto de implantação do Parque Ecológico do Jardim Amanda. Ocorre Senhores, que este Vereador esteve no Governo do Estado, aonde o Deputado Vanderlei Macris trouxe para a Cidade de Hortolândia R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para o início das obras da lagoa do Parque Ecológico e um pequeno centro Poli-Esportivo. No Governo Federal, consegui recursos e outros Vereadores também, de cerca de R\$1,5 (um milhão e meio de reais). Aonde está o dinheiro? Aonde estão as obras? É lamentável saber que um Governo, que se diz justo, sério e competente, consegue guardar o dinheiro do povo, para que? Aonde? Nós não funcionamos como instituições financeiras. Nós não vivemos de lucro, de juros. O povo quer obras,



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

18

mercidamente, numa Cidade nova, aonde tem muito para se fazer. E este Governo, não está preocupado, ao que me consta, com as questões sociais da Cidade. Então, este Requerimento aqui, Nobres Pares, retrata os meus sentimentos, quando fiz um outro Requerimento solicitando as mesmas informações, com as mesmas perguntas. Eu pergunto: "Qual é o custo da hora da máquina?" Eles respondem: "o preço do chuchu é R\$0,50 (cinquenta centavos)". É lamentável! A única arma que o Vereador tem para fiscalizar é o Requerimento. E aí respondem como querem. Nosso Regimento exige que as respostas sejam condizentes, de acordo com as perguntas. Sinto, quando na posse, o Vereador brincou com o Nobre Vereador novo, desculpe, onde foi retratado que os Vereadores de Hortolândia eram vaquinhas de presépio. Sinto me hoje, através das respostas destes Requerimentos, a verdadeira vaquinha de presépio. O Senhor Prefeito tem que ter mais responsabilidade, tem que ter mais respeito com esta Casa, com estes Vereadores que foram eleitos pelo povo, e não foi por ele. Que ele possa responder as perguntas. Aí eu acrescentei mais duas, porque não respondeu aquelas outras, eu falei, agora vai responder, vou perguntar mais duas. Porque será Senhor Prefeito, que quando o Senhor colocou as máquinas lá no Jardim Amanda na lagoa, no Jardim Amanda dizendo que estava fazendo um trabalho bom lá? As máquinas entraram antes do processo licitatório. Absurdo, ele administra a Prefeitura coma administra a casa dele. É lamentável aceitar um negócio deste. Estes processos já estão no Ministério Público. Aonde passa a carroça na frente dos bois? No setor público tem que seguir passo a passo, não se pode atropelar as coisas. Neste Governo se sente Endeusado, infelizmente, dono do patrimônio do povo, e quer fazer as coisas de forma errada. Então, nem as máquinas estão lá, a licitação ocorreu, de forma direcionada. Porque se a máquina está lá, foi direcionada. Qual o preço? E cadê a regra da Lei 8.666/93, aonde tem que ganhar e disputar o menor preço? Não está ocorrendo. Isto é lamentável por parte deste Prefeito. Quero aqui pular o **Requerimento 232**, que não é de grande relevância, até para não cansar os Nobres Pares, nem a população que está aqui, que infelizmente, veio aqui não para ouvir isto. Veio para ouvir coisas bonitas, estou certo? De crescimento para a nossa Cidade. Quero dizer aqui, sobre o **Requerimento 233**, que requer informações sobre compra de material de higiene pessoal, pela Prefeitura Municipal de Hortolândia. Ocorre que eu recebi uma denúncia aonde dizem que houve uma super compra de papel higiênico. Tudo bem até aí. Nós temos quase 5.000 (cinco mil) funcionários. Então o que eu estou pedindo, qual o consumo mensal deste papel higiênico? Só que esta pessoa deu uma risadinha e falou: "Eu fiquei sabendo que o Senhor fez um requerimento contra uma compra do Senhor Prefeito, de papel sulfite". Aonde este Prefeito comprou há 06 (seis) meses atrás, 2.000 (duas mil) caixas de papel sulfite, e acabou. Ai, não satisfeito tomou a comprar mais 2.000 (duas mil) caixas de papel sulfite há uns 15 (quinze) dias atrás. Quem ganhou? Foi SS Silveira & Silveira Ltda., que é aquela apontada pelo Jornal TodoDia, que o Prefeito foi multado em R\$7.115,00 (sete mil, cento e quinze reais), por direcionar uma licitação, porque queria favorecer aquela empresa? Não se preocupa pelo menor preço, desrespeita as leis, e diz que é o melhor Prefeito do povo. O povo não sabe do que está acontecendo, que vocês levem a verdade para este povo sofrido. Pois bem, Senhores, 4.000 (quatro) mil caixas de papel sulfites, aí o rapaz continuou a conversa dele: "O Senhor sabia que



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

19

o papel higiênico, segundo me falaram, foi mais do que o papel sulfite". Falei, "eitá nós", se todos os servidores comeram alguma coisa que fez mal, infelizmente, desculpe a palavra, deu diarreia durante 15 (quinze) dias. Porque só o papel sulfite, já é um absurdo. Agora este outro, eu só quero esperar a resposta do requerimento. Então talvez, fazer uma comparaçõzinha, para saber o que está acontecendo, porque o papel sulfite só é usado pela parte administrativa da Prefeitura. Aonde em 06 (seis) meses, gastamos mais de 2.000 (duas mil) caixas de papel sulfite e se é que tem, as 2000 (duas mil) no estoque já, porque já estava faltando. Então, tem alguma coisa errada, e esta coisa errada, só se sabe fiscalizando. Quero até depois, fazer um desafio ao Prefeito. Acho que vocês vão achar que eu sou louco. Não sou louco não. Pode deixar que este desafio será feito hoje ainda! Então, quero aqui fazer uma pequena leitura, dos dizeres do Jornal Todo Dia do dia 22/03/2007, referente a ordem dos materiais, o Prefeito de Hortolândia Ângelo Perugini do PT foi condenado pelo TCE Tribunal de Contas do Estado, a pagar uma multa no valor de 500 (quinhentas) UFESP Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, o equivalente a R\$7.115,00 (sete mil, cento e quinze reais), por irregularidades na realização de 02 (dois) contratos para fornecimento de materiais de limpeza. Os contratos foram assinados em julho de 2005. A sentença foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado. De acordo com a sentença do relator da 2ª Câmara do TCE, o Conselheiro Robson Marinho, foram constatadas falhas no edital do processo licitatório que teriam levado ao cerceamento da ampla participação por parte das concorrentes. O primeiro contrato foi firmado entre a Prefeitura e a Empresa SS Silveira & Silveira Ltda., esta ela aqui de novo, famosa, e previa o fornecimento de material de limpeza, pelo valor estimado de R\$732.043,60 (setecentos e trinta e dois mil, quarenta e três reais e sessenta centavos), quase R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) de material de limpeza. Dá para servir para toda a população, acredito. Ainda dava para levar para casa dos familiares e vizinhos, é um absurdo! Para quanto tempo? Então, estou pedindo também, aliás, pedi os requerimentos para dizer como foi o consumo médio. O segundo, foi feito pelo Comercial Lux Clin Materiais de Limpeza Descartáveis Ltda. para a aquisição parcelada de material de limpeza no valor de R\$229.566,33 (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos). Nos 02 (dois) processos, de acordo com o TCE, ficaram constatadas também exigências desnecessárias como: alvará de funcionamento das empresas que pleiteavam o fornecimento, impedindo a participação de todas as interessadas. Segundo o TCE, por meio de sua assessoria de imprensa, das 11 (onze) empresas interessadas no processo, apenas 05 (cinco) conseguiram atender as exigências impostas. De 11 (onze), 05 (cinco) participaram, significa que o preço poderia cair dez, vinte, 30%, quem sabe. Eles não tiveram a oportunidade de demonstrar o seu preço. Então, a soma dos 02 (dois) dá R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) praticamente de reais, isto em material de limpeza. Aonde chegamos! Agora, olha aqui a resposta que o Governo deu para a imprensa, olha que bonito. "A Prefeitura informou por meio de sua Coordenadoria de Comunicação Social, que vai acatar a decisão do TCE e que vai abrir uma Sindicância para apurar as responsabilidades". Oras, se vai acatar, está dizendo que está aceitando. Se está aceitando, existe corrupção neste Governo! Então, está bom, vai pagar R\$7.115,00.(sete mil, cento e quinze reais) né? É um absurdo! Com que ele vai



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

20

pagar? Com o dinheiro dele ou com o dinheiro do povo? Eu quero saber, foi para isto que eu fui eleito. É com o dinheiro do povo, Senhor Prefeito? Ou é com o seu dinheiro? Com o seu salário? Quando o Senhor foi eleito, disse que ia dar para uma entidade de caridade, porque era muito! Que sabe agora ele não pode fazer isto aqui. É lamentável, ter que falar de um Governo que eu ajudei a construir! Mas, também, não fala a verdade! Tem que falar a verdade para o povo. Sabe aquele caso do asfalto, eu vou falar depois, porque aqui foge do tema, desculpa, Senhor Presidente estou emocionado, mas volto a falar aqui. Na hora oportuna. Já o **Requerimento 234** que requer informações sobre a Rede Municipal de Saúde, está uma vergonha! Não há Médicos Psiquiatras! Ambulâncias, não se vê por aí! Médicos, não se acha! A Unicamp deu um flash de que iria romper o contrato. Queria um reajuste, queria quase R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) por mês. Sumiu, não falou mais. O Governo também se calou, não se posicionou. E aí quem é que vai administrar a saúde desta Cidade? É a Unicamp ou uma outra empresa? O povo precisa saber o que vai acontecer com antecedência. E aí o Prefeito não viu nada, não vê nada. Mas as coisas estão acontecendo, Senhor Prefeito! Nós precisamos de respostas convincentes, concretas e mais do que respostas, precisamos de ação! Passaram-se 02 (dois) anos e 03 (três) meses e o que o Senhor fez com o dinheiro do povo? Quais as obras de sua iniciativa? Não vemos, precisamos ver. A saúde está um caos, enquanto o Departamento lá da Secretaria de Obras existem umas par de ambulâncias do sistema SAMU. E graças a Deus eu posso dizer com total liberdade, eu fui um dos que briguei e consegui estas ambulâncias do SAMU, fiz o pedido, as outras são da Rede Municipal que vai servir a região da nossa Cidade, e tenho prova disto para quem quiser ver, aonde o Ministério da Saúde diz: "que quando eu cobre de volta, disse que ainda não mandou o SAMU para Hortolândia, porque a Secretaria de Saúde não tinha encaminhado os documentos mínimos necessários". E aí quase deu um surto em mim, vamos perder a oportunidade de ter um SAMU na Cidade? Que pena! Desesperei! Liguei para o Senhor Prefeito mais do que nunca, ele acelerou o Secretário de Saúde. Que na época não era este corrupto que está aí, era outro. Infelizmente as ambulâncias estão lá paradas. Chegaram em Janeiro, nem emplacadas foram. Equipes Médicas, que deveriam ser treinadas para isto, até hoje nós não vimos falar. Estão dizendo que estão construindo. Quero só saber o custo. E a onde está o dinheiro do Ministério da Saúde? Porque, se elas chegaram em Janeiro, veio um repasse em Janeiro, veio repasse em fevereiro, virá em Março e as ambulâncias paradas e eles gastando. Quero saber onde vai ficar este dinheiro, o que está sendo feito com o nosso dinheiro? E eu pergunto o que está sendo feito com o dinheiro do povo, me aguardem daqui a pouco falarei um pouco mais. Minhas desculpas, Senhor Presidente, se me excedi um pouquinho". Pelo Senhor Presidente da Sessão foi registrada a presença do Senhor Vice-Prefeito, Professor Enoch, a presença do Secretário de Obras, Antonio Meira e do Diretor de Obras, Senhor Meirinha. Pelo Senhor Presidente foi dito que os Requerimentos continuavam em discussão. **Com a palavra o Vereador CARLOS PIRES DE CAMPOS:** "Senhor Presidente, Nobres Vereadores, a denúncia que o Vereador Adailton Sá coloca aqui nesta Casa é algo muito sério. Só que nós percebemos que é apenas denúncia. Quando ele fala de alimentação, principalmente da saúde, é



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

21

importante explicar que quando se faz uma licitação é de alimento perecível e alimento não perecível, e quando se faz qualquer tipo de denúncia ao Tribunal de Contas e ele acata, uma vez que acata, ele breca tudo. Ele vai dar direito também do outro lado ser ouvido, e houve denúncia também aqui por parte das viaturas da Guarda. Já no passado que ocorreu isto também, e foi brechado tudo. Só depois foi comprovado que aquela denúncia não tinha fundamento e foi liberada. Agora, o que acontece, quando isto, simplesmente breca o processo da Prefeitura Municipal. Como também, quando foi feita esta denúncia ao Tribunal de Contas, sobre alimentação, automaticamente foi brechado, e por conta desta denúncia, Vereador Adailton, hoje os Servidores Públicos Municipais estão sem cesta básica. Quando se faz uma denúncia, acho que tem que ter fundamento, porque pode acontecer a mesma coisa que ocorreu com as viaturas da Guarda, com as ambulâncias, que brechou e o Prefeito fica de mãos atadas, sem ter condição de trabalhar. **Vereador Adailton Sá dos Santos:** "O Senhor me dá um aparte, Nobre Vereador?" **Vereador CARLOS PIRES DE CAMPOS:** "Não dou aparte, que o Senhor teve muito tempo para falar aqui. Agora, quando se faz uma denúncia, acho que esta denúncia tem que esperar, primeiramente, o Tribunal de Contas tomar a sua posição, e uma vez que tomar a sua posição vai mandar sim os resultados para esta Casa. Aí é hora dos Vereadores sentarem juntos, discutir entre nós e ver se acata ou se não acata. A minha preocupação hoje, é que se fala de muita denúncia mais nada se prova, denúncia de tudo quanto é lado, nada se prova. Se este Prefeito é tudo isto que o Vereador tem falado e outras pessoas têm falado, porque ele não foi cassado ainda? Porque não brecharam ele ainda? Tem que esperar resultado final para que possa realmente ser comprovado se é verdade ou mentira. Agora fico admirado quando se fala de pavimentação do Jardim Amanda, o qual eu faço parte ali, no Jardim Amanda, moro no Jardim Amanda. Se tem alguém que trabalha muito em favor de pavimentação no Jardim Amanda, chama-se Vereador Carlos Pires. E você dizer que tem brechado tudo, talvez o Nobre Vereador não tem realmente acompanhado todo o trabalho da Prefeitura Municipal, ou então, simplesmente, porque decidiu ser oposição. Vai falando tudo que vem a cabeça. Mas só para explicar para o Nobre Vereador, a pavimentação do Jardim Amanda para quem não sabe, amanhã mesmo na Rua 02, na Rua 03, as máquinas estarão entrando lá. A Rua 54, 57 do Amanda II foi encerrada já a pavimentação ali. A Rua 75 que praticamente corta o Amanda II até a lagoa, vai ser iniciada agora todo o processo de canalização de galerias de águas pluviais, a Rua 06, 07 e também a Rua 05, vai ter o mesmo processo já iniciando, tudo em planilha já confirmado. Então, Nobre Vereador, quando fala que está tudo brechado, tudo parado, talvez por se morador do Jardim Amanda, você não tem andado, nem acompanhado realmente o que está acontecendo no seu próprio Bairro. Não estou aqui para defender o Prefeito, da mesma forma, que você foi a favor do Prefeito, trabalhou, eu fui contra. Mas hoje, nós temos que reconhecer que este Prefeito tem feito pela nossa Cidade. Agora, quando se fala de denúncia é muito importante. Nós esperarmos o resultado final, para depois nos firmar, se há corrupção ou não há. Porque se houver, com certeza, esta Casa tem Vereador suficiente, que tem cabeça, uns já têm um mandato, dois até três, e sabem quais são as providências que tem que tomar, Senhor Presidente. Quando nós colocamos aqui a nossa posição é importante que seja registrado em Ata, porque de repente,



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

22

tem palavras que é muito pesada, que se colocada aqui chamando até Secretário de corrupto, quando se chama o Secretário de corrupto, isto é muito sério. Chamou, falou, acho que tem que ser colocado em Ata tudo aquilo que o Vereador está falando aqui. Para que? Porque aquilo que for realmente comprovado, nós vamos tomar toda a decisão, porque quando fala também, que está acontecendo tudo isto, e nós não estamos tomando nenhuma decisão, nós estamos compartilhando com aquilo que está errado. Eu não quero compartilhar. Só que por outro lado também, se houver denúncia falsa, unicamente na intenção de prejudicar aqueles que estão trabalhando, nós também temos que tomar nossas providências". **Senhor Presidente:** "Como é de costume, eu vou solicitar à Secretaria da Casa para que tome as providências que Vossa Excelência solicitou". **Questão de Ordem do Vereador Adailton Sá dos Santos:** "Senhor Presidente, eu gostaria que fosse contado em Ata que durante a minha fala, eu falei que farei um pronunciamento, um desafio aqui. Então é importante que coloque em Ata realmente, o que está ocorrendo aqui. O que eu gostaria, Senhor Presidente, é que cumprisse o Regimento, que o Pastor Carlos Pires esteve aí, nosso Nobre Colega, não falou, não defendeu os Requerimentos, ele defendeu os meus pensamentos". **Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho:** "Senhor Presidente, informar os Nobres Vereadores, todo Vereador tem direito, termo usado no Regimento chamado inviolabilidade. Pode ir a Tribuna desta Casa dizer o que quiser. Evidentemente, responderá por isto. Mas tem este direito assegurado Regimentalmente. Só para que a gente tenha a tranqüilidade e lembrar também aos Nobres Pares, que toda a Sessão, ela está sendo gravada, e agora nós temos um processo de relatar na íntegra tudo que é dito nas Atas. Inclusive, aqui hoje, a primeira que aprovamos, já consta a posição de todos os Vereadores. Então, está garantido e preservado o interesse de todo mundo. Só informando isto pela Secretaria". Pelo Senhor Presidente foi dito que agradecia a Questão de Ordem do Vereador Paulo, e concedia a **palavra ao Vereador ANTONIO SOCORRO EVANGELISTA:** "Senhor Presidente, observando então os apontamentos feito pelo Nobre Colega Vereador Carlos Pires, me sinto, já informo que me sinto bastante contemplado com as palavras do Nobre Vereador Pastor. Mas não poderia deixar de vir aqui me expressar, até porque este foi um Governo que eu ajudei a construir. Mais do que isto, eu não poderia deixar também de me expressar. Eu cresci, como firmei a 08 (oito) dias atrás, meio a Teologia da Libertação, e isto requer um compromisso social, requer que nós olhamos os fatos, analisemos. Fico feliz quando se coloca para esta Casa, para que isto seja analisado, todo o trabalho do Legislativo. Eu acho que isto é o que vai enobrecer todo um trabalho do Legislativo, bem como ao Executivo e de todos os nossos Municípios. No entanto, as informações as vezes apresentadas, podem ter dupla interpretação, e aí de repente, podemos condenar antes que o fato tenha sido legitimado. Desta forma, quero inclusive usar deste momento, representando o líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, para afirmar a Casa, ao nosso Presidente que é comum e que faz parte do processo, a suspensão do processo licitatório. Como já foi aqui mencionado pelo Nobre Colega, e que o Tribunal faz a sua análise e delibera quanto a aprovação, quanto a sua republicação, inclusive. É por isso que o Tribunal está lá, para cumprir o seu papel. Em alguns momentos ele vai pedir que seja retificado, em outros momentos vai fazer



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

23

análise e vai deliberar sobre a continuidade ou não do processo. Também gostaria de mencionar quando fora afirmado que eles escolhem as empresas, esta é uma afirmação muito complicada, dizer que a administração escolhe as empresas. O processo licitatório é a mesma Lei 8.666 que requer que abra o espaço para que compras emergenciais sejam realizadas, inclusive para atender a demanda do próprio Município". **Senhor Presidente:** "Eu solicito a Vossa Excelência que não se discuta a fala do Vereador que antecedeu Vossa Excelência, no caso a do Vereador Adailton. Eu solicito que você volte a discussão dos requerimentos, ora apresentados". **Vereador ANTONIO SOCORRO EVANGELISTA:** "Tudo bem, Senhor Presidente, até porque estas foram as informações que legitimou a sua discussão. De forma que eu me posiciono contrário ao requerimento apresentado, porque ele não fornece subsídio suficiente para afirmar que houve uma irregularidade consumada. Se isso for apresentado revejo, inclusive a minha posição, não estou aqui para defender aquilo que é errado. Agora também estou aqui para que a justiça, a ética seja praticada. E em minha análise, as informações contidas não deliberam de que já existe uma acusação consumada e não existe já um fato, a fim de que possa chamar, que houve então irregularidades nos processos administrativos". **Pelo Senhor Presidente** da Sessão foi dito que os Requerimentos continuavam em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores favoráveis permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. Aprovado por 05 (cinco) votos favoráveis e 01 (um) contrário. Pelo Senhor Presidente da Sessão, dirigindo a palavra ao Vereador Adailton Sá dos Santos, dizendo que: "Queria antes me retratar, com o Vereador Adailton Sá, por não ter conhecimento do conteúdo dos requerimentos, peço minhas desculpas de público, porquanto não tinha conhecimento do questionamento dos requerimentos, ora apresentados". Em continuidade, foi dito pelo Senhor Presidente que passaria à apreciação das Moções. **Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho**, que solicita consulta ao Plenário para que pudesse ler somente as ementas das Moções, tratando-se de 04 Moções. A questão de ordem foi colocada em votação e aprovada por todos os Vereadores presentes. Assim, o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário que procedesse a leitura das Moções nº 14 e nº 15/07: **Moção nº 14/07**, de autoria do Vereador Antonio Socorro Evangelista, Moção de repúdio à Revista Veja, pela matéria publicada sobre a morte de Dom Ivo Lorscheiter, na edição 1999, de 14 de março de 2007; **Moção nº 15/07 de autoria do Vereador Antonio Socorro Evangelista**, Moção de apoio ao Ministério do Meio Ambiente. Pelo Senhor Presidente foi dito que as Moções estavam em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores favoráveis permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. Pelo Senhor Presidente foi dito que as Moções nºs 14 e 15, foram aprovadas por todos os Vereadores presentes. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Vereador Antonio Socorro Evangelista que procedesse à leitura das ementas das **Moções nºs 16/07 e 17/07 de autoria do Vereador Paulo Pereira Filho: Moção nº 16/07**, Moção de pesar à família da Sra. Maria da Graça Cambuí; **Moção nº 17/07**, Moção de aplauso ao Jornal Todo Dia, pela expansão de sua abrangência. **Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho:** "Senhor Presidente, eu só queria colocar a Moção nº 17 para todos os Pares desta Casa. Uma Moção que fiz ao Jornal TodoDia, que nesse domingo começou a circular,



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

24

inclusive na capital da Região Metropolitana, que é a cidade de Campinas. E entendo que isso é um grande avanço de nossa micro-região, pensada de Santa Bárbara d'Oeste, Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e Monte Mor, onde nós agora começaremos a levar também as notícias de nossa micro-região para a Grande Região Metropolitana de Campinas, através do Jornal Tododia, numa atitude a meu ver, muito pujante daquele que administra esse meio de comunicação, fazendo com que nossa região possa ser do conhecimento, agora, de toda a Região Metropolitana. Então, por isso gostaria de colocar essa Moção à disposição dos Nobres Pares para que possam assinar". Pelo Senhor Presidente foi dito que **Questão de Ordem do Nobre** Par era pertinente, e logo a seguir, após à discussão e votação, ela ficaria à disposição dos Nobres Pares para que pudessem assinar. Assim, Senhor Presidente da Sessão foi dito que as Moções nº 16 e 17 estavam em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores que concordassem com as moções, permanecessem como estavam, os contrários que se levantassem. As duas Moções foram aprovadas por todos os Vereadores presentes. Exauridas as questões das Moções, o Senhor Presidente da Sessão consultou se teria algum Vereador inscrito no Expediente. O Senhor Presidente consultou o Vereador Paulo Pereira Filho sobre o interesse de falar. **Com a palavra o Vereador PAULO PEREIRA FILHO:** "Senhor Presidente, Nobres Vereadores, eu pedi naquele momento, um aparte ao Nobre Vereador Adailton, depois, com certeza, ele se esqueceu. Eu só queria informar, Nobre Vereador, que a suspensão da reunião se deu em função da viagem dos Nobres Pares, que foram representar esta Casa em comissão, e eles é que pediram, então, para ser adiada, porque houve um problema no local onde íamos representar e aí atrasaram em uma semana. Aí então eles não puderam ir naquela semana. Nós tínhamos, primeiro para o dia 23, depois consensuamos dia 26. Aí eles viajaram no dia 26. Então aí ficou, inclusive, para que o Presidente da Comissão, juntamente com o Vereador Jonas, definisse a nova data e comunicasse a Secretaria de Educação. No primeiro momento, pensou-se até em manter o dia 23. Mas como tinha que mobilizar muitos professores, pressupôs-se, olha, é melhor para frente, assim que eles voltassem, do que a gente fazer as pressas e não ter uma grande participação. Era só esta intervenção que eu gostaria de fazer com Vossa Excelência. Eu queria aqui, Senhor Presidente, Nobres Vereadores, só pontuar. O Nobre Vereador Adailton, como todo Vereador nesta Casa, tem o direito de expressar os seus pensamentos, sejam eles quais forem, e não podem, não podemos aqui, ter o cerceamento do direito da expressão do Vereador, trate ele do assunto que tratar, sabendo ele que é responsável pelo que diz. Mas nós temos que ouvir, temos que tratar. Eu só queria aqui colocar dois pontos claramente, naquilo que ele trouxe como debate nesta Casa. Até para que possa se ter, pelo menos, uma forma de enxergar este todo. Porque se não, da maneira que está dita, parece que nós estamos vivendo uma situação de crime. E aí nós precisamos enxergar um pouco mais além, porque se tem um crime, nós temos que como Vereadores investigar e instaurar uma Comissão Especial de Inquérito. Em provado o crime, uma Comissão Processante. Em provado, na defesa processante, todas as partes terão direitos envolvidos neste processo, como determinar a cassação, daqueles envolvidos ou a punição dos envolvidos. Eu só queria ler aqui, porque na leitura que Vossa Excelência fez, eu não consegui



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

25

entender as denúncias, da maneira que Vossa Excelência colocou. Eu queria aqui fazer uma situação. Quando Vossa Excelência falou, por exemplo da questão da punição dada pelo Tribunal de Contas, no que tange a Licitação que foi feita, que fala aqui o Jornal Todo Dia, diz assim: "o Prefeito de Hortolândia, Ângelo Perugini, foi condenado pelo TCE a pagar quinhentas UFESP, o equivalente a R\$7.115,00 (sete mil, cento e quinze reais) por irregularidades, na realização de 02 (dois) contratos para o fornecimento do material de limpeza, os contratos foram assinados em Julho de 2005. A sentença foi publicada ontem no Diário Oficial, de acordo com a sentença, o Relator da 2ª Câmara do TCE, o Conselheiro Robson Marinho, ficaram constatadas falhas no Edital do Processo Licitatório, que teriam levado ao cercamento de ampla participação por parte dos concorrentes. O primeiro contrato foi firmado entre a S.S. Silveira & Silveira, que Vossa Excelência já tratou. Nos dois processos de acordo com o TCE, ficaram constatados também exigências desnecessárias como: alvará de funcionamento das empresas que pleiteavam o fornecimento impedindo a participação de todas as interessadas. Meu Deus, o que o Tribunal reconhece aqui, pelo meu entender, me permita, não sou o dono da verdade, mas o entendimento que tenho, primeiro, o Tribunal está dizendo, tem falha porque, se tivesse um crime aqui de superfaturamento, de direcionamento, o Tribunal não ia só fazer uma multa. Ele ia fazer uma multa e ele ia mandar o processo para o Ministério Público e ia dizer "oh, instaure um processo de cassação do Prefeito Perugini". Não foi isto que aconteceu. Falha, o que ele disse que é uma falha, e aí é importante que a gente entenda a diferença, porque se não as pessoas vão sair daqui achando coisas que não são verdadeiras. Falha é, por exemplo, eu pedir para que todas as empresas que participam do Processo Licitatório apresentem um alvará de funcionamento. Olha mais isto é uma falha que quer separar? Não! Até porque já foi denúncia nesta Casa no começo do Governo, aquela empresa que tinha o contrato, que amparava ela a vender, mas que era um chaveiro. E aí comprou-se equipamentos no chaveiro e foi aqui denunciado, mas levantou-se na Justiça, e o chaveiro tinha o direito dele de vender porque o contrato dele era registrado na Associação Comercial e garantiria a ele esta venda. Quando ele diz uma falha, a Prefeitura falhou porque exigiu, oras, que todas as empresas apresentassem um Alvará de Funcionamento. O Tribunal entendeu, veja bem, são homens e mulheres, como nós, teve um entendimento de que isto foi uma falha e que proibiu e cercou. Cercou porque? Algumas empresas não tinham Alvará de Funcionamento, se ela não tem Alvará de Funcionamento para participar de uma licitação séria, que compra produtos para a nossa Cidade, oras, se esta empresa ela está apta a participar o Tribunal entendia que sim, eu entendo que não! Eu entendo que não! Então eu não vejo nisto um crime, mais não só eu não vejo, o próprio Tribunal quando pune o Prefeito com uma multa, o Tribunal está dizendo o seguinte: "olha o processo está correto, houve um cercamento e não o direcionamento". São palavras totalmente diferenciadas, ele não está dizendo que houve crime, ele não está dizendo que houve superfaturamento, porque se houvesse esses crimes, o Tribunal teria uma atitude diferente. Ele impôs uma multa ao Prefeito porque alguém, que elaborou o Edital, que não é o Prefeito Municipal, e aí me perdoe, se alguém, humanamente, pode imaginar que o Prefeito Municipal pode ter conhecimento de tudo que acontece na Prefeitura, me perdoe, não vamos ser ingênuos, não vamos



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

26

ser inocentes. O que acontece aqui olha, falha de procedimento, uma exigência a mais. Vou dar um exemplo concreto: de repente fui lá votar, apresentei o meu título, e aí o Presidente da Mesa fala: "Senhor Paulo Pereira Filho, o senhor pode me apresentar o seu RG," É um procedimento desnecessário, porque o meu título garante o meu direito a voto. Mas se ele exigir o meu título, se eu não tiver o título, eu posso fazer ali um escarcéu para tentar votar sem o RG, porque o meu título garante este direito. O que a Prefeitura exigiu aqui é que a empresa apresente um Alvará de Funcionamento. O Prefeito foi multado porque a licitação exigiu Alvará de Funcionamento. Isso é importante ter clareza, então não houve crime. É só separar aqui o joio deste trigo, para que as pessoas não achem que tudo é joio e não é. A outra questão, quando Vossa Excelência fala do pregão, o pregão que foi posto, primeiro o que é pregão? A compra por licitação é o seguinte, você solta o edital, e aí todo o país pode participar, o pregão é a mesma coisa só que uma diferença na licitação, as empresas colocam as propostas dentro dos envelopes lacrados, levam todos para a mesa de reunião, vão abrindo durante o Processo os documentos, checa os documentos, vamos ver qualidade, o preço, tem que apresentar o modelo do produto etc. Agora, quando nós estamos falando do pregão, o que acontece, as empresas que querem participar sentam na mesma mesa, frente a frente, e o pregão é o seguinte: olha o preço que nós temos aqui máximo é X, quanto que o Senhor faz? Ah, eu cobro dez, e o Senhor? Eu cobro nove, verbalmente, cara a cara, exatamente para não dar a situação de ter maracutáia por traz, porque o preço está sendo posto pelos participantes, ali sentados frente a frente na hora, sem aviso prévio, que cada um apresente o seu preço. É fundamental que nós possamos entender isto. Então eu quero só esclarecer que o pregão é uma das maneiras mais limpas de fazer um processo licitatório, se a licitação pública pode haver um conchavo entre as empresas, e isto nós sabemos que pode acontecer, no pregão é cara a cara cada um dando um lance maior, menor, até chegar o valor menor a ser pago. Tema da atualidade primeiro ponto é este, segundo ponto. Oras porque que se separou? Porque foi separado? E aqui outro dia, inclusive, vendo e lendo o Jornal eu perguntei, fui na Secretaria, onde todos nós Vereadores temos acesso, buscar o processo e olhar no processo. Lá na Secretaria eu levantei o seguinte: foram separados três lotes; primeiro lote, produto não perecíveis; segundo lote, leite em pó e sucos; terceiro lote produtos perecíveis, como carne, por exemplo. Então, os lotes que foram criados eles foram lotes que tem uma semelhança entre si, não existe uma situação diferente disto porque não existe. Veja bem se eu estou comprando produtos não perecíveis, todo mundo no Brasil que entregar documentação, pode participar deste pregão, pode sentar a mesa e fazer. Qual foi o erro do Prefeito aqui? Pune-se o Prefeito, mas o erro não foi dele. Foi de quem conduziu o processo licitatório, foi da Comissão de Licitação. Evidente que alguém indicado pelo Prefeito é claro. Alguém da confiança dele, com certeza. E esta pessoa errou porque exigiu o Alvará de Funcionamento da empresa. Agora, Nobres Vereadores, será que eu exigir que a empresa prove que ela está em funcionamento, através do Alvará, que é concedido pela Prefeitura lá onde ela está fixada, é uma coisa absurda? Será que eu estou falando de algo abrupto? Será que é a mesma coisa de eu pedir participação, de eu direcionar e falar eu quero que esta venda. O Tribunal disse aqui, olha não teve problema nisto, o problema segundo aquele membro do TCE é de que ele viu



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

27

nisto, uma irregularidade, porque ele acredita que isto cercou a possibilidade de outras empresas participar, em que são as outras empresas que não tinha o seu Alvará de Funcionamento? Agora, uma empresa que não tem um alvará de funcionamento é o fato de ela não poder participar, a Prefeitura está sendo conivente. Ao contrário, exatamente, mais transparente e qualquer empresa deste país poderia ter participado e discutido isto. Eu só queria pontuar isto, Nobre Vereador, porque eu não ajudei a eleger o Prefeito Perugini, Vossa Excelência ajudou. Eu não ajudei. Se existe, Nobre Vereador Adailton, mas eu entendo claramente que aquilo que é, nós temos que discutir, digo mais, se existir porque tive a oportunidade e tive a preocupação de ir lá na Secretaria onde todos nós temos acesso como Vereadores, verificar estes processos, se existir alguma irregularidade neste Governo, eu estou, não só com Vossa Excelência, mas tenho certeza absoluta, que esta Casa jamais se furtará a avaliar e verificar esta denúncia. O que eu acho que nós temos que tomar cuidado é o seguinte, às vezes na informação, no debate, a gente termina indo mais longe e dando entendimento que não são verdadeiros. Falha é diferente de crime, porque se houvesse crime aqui, o Jornal Todo dia ia dizer Prefeito Perugini foi denunciado ao Ministério Público e pode perder o mandato, eu diria por um excesso de zelo, agora também estou levantando todas as quantidades, estou fazendo todo o levantamento que é mais profundo o processo é imenso, e vou discutir cada questão, até porque é o seguinte se eu apoio este Governo é para que eu idealize transformações na minha Cidade, para que ele possa fazer pavimento asfáltico, para que ele possa buscar melhorias para este Bairro. Este meu apoio não está condicionado a cegueira, está condicionado a certeza de que vai ser um governo bom para esta Cidade, quero acompanhar, par e passo, inclusive para ter argumentos para mostrar que não estou enganado. Agora sou um homem público e tenho muita clareza, não tenho vergonha de reconhecer erro. Até porque, acho que na vida a gente aprende quando reconhecemos que estamos errando. É fundamental que a gente sempre coloque o que é a verdade, nada pode contra a verdade, é um dito da palavra de Deus. Nós temos que usar a verdade, o restante não pode ser, não pode ser entendido. Muito obrigado Senhor Presidente". Pelo Senhor Presidente foi dito que de acordo com o Regimento Interno ficava exaurido o tempo do Expediente, uma vez que é 02 (duas) horas, mas antes de terminar o expediente... **Questão de Ordem do Vereador Adailton Sá dos Santos:** "No início da minha fala, eu queria que constasse, Nobres Pares, eu tenho a intenção de fazer aqui, um desafio e como estou inscrito, embora eu sei que o horário regimental se excedeu, eu gostaria que consultasse os Nobres Pares, para que desse oportunidade, para que eu fale neste momento. **Senhor Presidente:** "Nobre Vereador, na Ordem do Dia o Senhor poderá estar fazendo uso da Tribuna, novamente. No qual, Vossa Excelência, inclusive está inscrito. Seria o momento mais propício para estar colocando esta questão. Então eu vou encerrar, mas antes disso eu quero consultar se o Senhor Célio Vieira Alves está presente, para uso da Tribuna do Cidadão. Quero solicitar a todos os Nobres Pares que permaneçam no Plenário porque o Senhor Célio vai fazer uso da Tribuna do Cidadão. Assim ficou encerrado o Expediente". Reaberto os trabalhos o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário que procedesse a chamada dos Senhores Vereadores e constatou-se a presença dos Senhores Vereadores: Adailton Sá dos Santos, Antonio Socorro

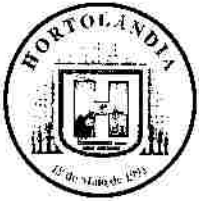


Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

28

Evangelista, Carlos Pires de Campos, Clodomiro Benedito Gonçalves, Edivan Campos de Albuquerque, José Geraldo da Silva, José Luiz Aparecido Ghiraldelli, Paulo Pereira Filho. **Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho:** "Senhor Presidente, quero informar que o Vereador Gervásio Batista Pozza encontra-se se recuperando de uma pequena cirurgia que fez, e os outros três Vereadores, representando a Câmara e um curso. Havendo número legal, o Senhor Presidente, informou ao Plenário a existência de **Pedido de Urgência Especial ao Projeto de Lei nº 33/07**, de autoria do Vereador Clodomiro Gonçalves e outros, que dá nova redação ao inciso I do Art. 1º da Lei Municipal nº 1.824/07. Com as assinaturas necessárias, o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário que procedesse a leitura dos pareceres favoráveis. Foi à discussão o Projeto de Lei nº 33/07. Não havendo oradores, foi à votação. Quorum maioria simples. Processo de votação simbólico. Que os Vereadores favoráveis permanecessem como se encontrem, os contrários que se levantassem. O Projeto de Lei foi aprovado por todos os Vereadores presentes. Em seguida, o Senhor Presidente da Sessão passou à **ORDEM DO DIA**, com a seguinte pauta de trabalho: **1º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 27/07**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza concessão de subvenção às Associações de Pais e Mestres das EMEFS e EMEIS, CIER e Ensino Supletivo que indica. Com pareceres favoráveis foi à discussão o Projeto de Lei nº 27/07. **Com a palavra o Vereador ANTONIO SOCORRO EVANGELISTA:** "Quero neste momento, fazer uso da palavra a respeito do projeto sobre a subvenção e informar então a essa Casa a responsabilidade do Governo Perugini tem tratado as questões da Educação. No ano de 2004, nos tivemos de subvenção R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais). No ano de 2005, foram repassados então às unidades escolares R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), no ano de 2006, foram R\$ 897.000,00 (oitocentos e noventa e sete mil reais), e agora em de 2007 estamos repassando R\$ 827.000,00 (oitocentos e vinte sete mil reais). Isso demonstra a responsabilidade para com essa Casa e também para com o Governo Perugini, quanto a responsabilidade quanto a Educação e o que isso significa de autonomia para nossas unidade escolares tão carentes para que consigam então, dar continuidade aos projetos educacionais de nossa Cidade". Pelo Senhor Presidente foi dito que o Projeto de Lei nº 27/07 continuava em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Quorum maioria simples. Processo de votação simbólico. Que os Vereadores favoráveis permanecessem como se encontrem, os contrários que se levantassem. O Projeto de Lei foi aprovado por todos os Vereadores presentes. **Questão de Ordem do Vereador Paulo Pereira Filho:** "Tendo em vista que do item 2º ao item 10 trata todos de projeto de lei que declara utilidade pública a associação de pais e mestres das escolas municipais, solicito a Vossa Excelência que consultasse o Plenário a possibilidade de se votar em bloco estes projetos. Pelo Senhor Presidente foi dito que a questão de ordem é pertinente, uma vez que todos os pareceres são favoráveis. Assim colocou em discussão a proposta. Não havendo oradores, foi à votação. Quorum maioria simples. Que os Vereadores favoráveis permanecessem como se encontrem, os contrários que se levantassem. Aprovado por todos os Vereadores presentes: **2º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 192/06**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

29

Educação Infantil Jardim Santa Clara do Lago I; **3º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 202/06**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Infantil Remanso Campineiro; **4º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 203/06**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Fundamental Residencial São Sebastião; **5º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 204/06**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Fundamental Jardim Sumarezinho; **6º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 205/06**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Fundamental Jardim Nova Europa; **7º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 206/06**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Fundamental Jardim Primavera; **8º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 207/2006**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Fundamental Ana José Bodini Januário; **9º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 209/2006**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Fundamental Jardim Boa Esperança; **10º Item - Discussão Única do Projeto de Lei nº 241/2006**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Sumarezinho. Pelo Senhor Presidente foi dito que os itens 02º ao 10º estavam em discussão. Não havendo oradores, foi à votação. Que os Vereadores favoráveis aos projetos de lei constantes dos itens 2º ao 10º que permanecessem como se encontrem, os contrários que se levantassem. Pelo Senhor Presidente foi dito que os Projetos de Leis foram aprovados por todos os Vereadores presentes. Não havendo mais matérias a tratar, o Senhor Presidente consultou a existência de Vereadores inscritos para uso da palavra. Vereador Paulo Pereira Filho declinou. Vereador José Geraldo já esta ausente. **Com a palavra o Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Senhor Presidente, Nobres Pares, confesso que só vou falar porque dei minha palavra a Imprensa, como cumpridor da minha palavra como homem público, mais uma vez venho aqui cumpri-la. Quando o Nobre Vereador, que infelizmente não está aqui, Vereador Carlos Pires, diz que eu não conheço o Bairro onde moro, me deixa um pouco magoado, porque mais de 120 (cento e vinte) ruas, 20 (vinte) ruas foram asfaltadas em 02 (dois) anos neste Governo, faltam em torno de 60 (sessenta) ruas. Então é impossível a gente falar se conhece ou desconhece. Não precisa andar muito na Cidade e no bairro, até porque o compromisso não era por algumas ruas e sim pela pavimentação asfáltica de toda a Cidade. E quando ele fala que eu falo coisas de cabeça, é complicado quando ele fala que o Amanda vai ser asfaltado, se no orçamento nosso votado por esta Casa, no PPA para este ano, o gasto com a pavimentação asfáltica será de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) se a gente houve um zum, zum, de que vai ser licitado será em R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) eu quero saber da onde sairá o resto e se haverá tempo hábil para que isto ocorresse.

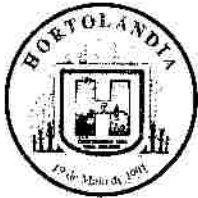


Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

30

já que nosso companheiro Toninho, na sua fala, diz que licitação ocorre transparente. Realmente há tanta transparência, que o Prefeito é multado, que o Prefeito está sendo investigado pelo GAERCO em relação a merenda escolar. É lamentável esta situação. Já o Nobre Par, Paulão, também não está presente, nas suas indagações, sábio Guru, tem o dom da palavra nesta Casa, e sabe colocá-las em seu devido lugar. Quando ele diz que esta Casa, vindo a denúncia, tomará os posicionamentos e que ele estará, também ao lado da Justiça, eu tenho certeza, não só ele, como toda esta Casa, é que farei este pronunciamento e também um desafio. E que isto possa ocorrer após estas indagações. Quero dizer aqui, meus amigos, que a voz do povo é a voz de Deus. Há várias denúncias já no Ministério Público, aonde este Prefeito fez com relação ao Frigobar, já falado aqui pelo Nobre Vereador Paulão. Talvez não é de conhecimento desta Casa, mas a licitação do Centro Poliesportivo, que foi feito em 02 (duas) etapas para fugir da prestação de contas do Tribunal de Contas, aonde foram feitas as arquivancadas entre Agosto e Setembro de 2005, com valor exorbitante, e para não chamar a atenção do Tribunal de Contas, em Janeiro eles fizeram os vestiários. Ai estamos questionando este fracionamento de licitação, que segundo a Lei 8666, não poderia ocorrer. Há denúncias também, da gravação do Secretário de Infra-Estrutura, aonde existe um CD e que também vamos investigar se foi denunciado, e se não foi, este Vereador estará também denunciando. Existe a suspensão pelo Tribunal de Contas da licitação, como já foi dito, da merenda escolar, várias coincidências e também, da cesta básica. Como o Nobre Vereador falou, querendo de certa forma, deixar no ar, de quem é a responsabilidade com relação a falta de cesta básica, mal sabe de que, no mês passado, a empresa que fornece a cesta básica, que fornecia, Comercial João Afonso entregou, e eu gostaria que constasse em ATA, porque eu vou provar, entregou cestas básicas no mês passado, já sem saldo de empenho para pagar. Pode ser feita uma coisa desta? Não tem fundamento atribuir um ato que já se era de esperar. As notas fiscais da Comercial João Afonso encontram-se no RH, na mão do Diretor do RH e que não tem saldo para pagar. Esta empresa obviamente vai ter que cancelar as notas, mostrando aí que o Prefeito faz do dinheiro público o que ele quer. Isto nós vamos checar e vamos provar para a população a responsabilidade, da falta de cesta básica, da falta de merenda escolar, se houver, é do Senhor Prefeito Municipal e dos incompetentes que não souberam fazer as coisas, as licitações na hora certa. Então, não venha querer atribuir falsas denúncias a este Nobre Par, que só fez o que tinha que ser feito, fiscalizar. Há denúncia do Secretário de Saúde de Catanduva, de desvios e superfaturamento, rara coincidência. Quero ver até quando este Secretário permanecerá aqui. Há denúncias também da cobrança e venda de terrenos públicos por funcionários comissionados da Prefeitura feita por esta Casa. Mera coincidência. Há irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas na HORTOPREV, aonde rejeitou as contas do exercício de 2005. A Prefeitura se defendeu, mesmo assim houve, por parte do Tribunal de Contas a renúncia da defesa, confirmando que houve as irregularidades e é mera coincidência. O Secretário, na época, de Finanças, hoje Diretor da Saúde, quem sabe Secretário de Obras, não sei, quem vai refletir esta denúncia, se é a pessoa ou se é o cargo que ele ocupa, ou que vai ocupar, foi condenado a pagar R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), por irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, mera



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

31

coincidência! Quero ver aonde ele vai justificar, tirar R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para pagar este desvio apontado e conseqüentemente foi condenado. É lamentável estas coincidências. Então, o Governo não sabe de nada. Eu acho que estou falando besteira aqui. Há irregularidades, também, apontadas sobre o uso do carro público, pego em flagrante em Americana, pela Valdevez. Não podia falar nome, mas escapou. Há denúncias do FUNDEF dos 60% (sessenta por cento) que deveria ser aplicado em pessoal, que não foi aplicado corretamente, dos 40% (quarenta por cento) que era para gastar com materiais pedagógicos e cursos e que não apresentaram ainda os relatórios. Aonde foi este dinheiro? O que fizeram com este dinheiro? Há também, a condenação do Tribunal de Contas da licitação do material de limpeza, como já foi dito, mera coincidência. Houve uma realização e são denúncias que estou falando, Senhores, que já foram apontadas e que nós vamos acompanhando aqui. Aonde o Secretário de Educação no início da gestão, pegou um ônibus, um microônibus e estava batido. O que ele fez, mandou arrumar o ônibus, sem provocar a licitação. Depois de tudo pronto, abriu a licitação, tem fotos, datas. Primeiro faz o serviço, depois apresenta a documentação. E o preço? E a Lei 8666 onde fica? Há denúncias também de superfaturamentos de materiais hidráulicos, elétricos em até 120% (cento e vinte por cento). Nunca se comprou tanto saco de cimento, tanta pedra, na Secretaria de Obras. Quem cuida do estoque? Não sei. Aonde é feita esta distribuição? Também não sei. Locações de máquinas. Nunca se locaram tantas máquinas. Em valores, vou apontar, vou mostrar. E a realização da obra da Lagoa do Amanda que também foi apontada. Há também empresas de Assessoramento que ganham ou que ganharam contrato, da modalidade Carta Convite, quando na realidade teria que ser feita licitação, e infelizmente não foi cumprido isso. E também a contratação de pessoas, desrespeitando Assessores, desrespeitando o quadro de vagas, aonde no exemplo que eu vou dar, Assessoria I, tinha 05 (cinco), o Senhor Prefeito não poderia colocar mais que 05 (cinco). Ele pos 08 (oito), um exemplo. São coisas que nós temos que apurar. Secretário de Saúde, como já disse, envolvido em denúncias, Secretário de Obras, fita gravada, inclusive com laudo da Unicamp, aonde constata que a voz é dele, cobrando propina de empresas. Secretário de Finanças, condenado a pagar R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e com a prisão preventiva expedida, decretada, está só esperando o dia certo, isso é grave! Então logo, logo, acontecerá, segundo as informações e denúncias que chegou ao meu Gabinete. Estamos apurando, teremos novidades. Secretário da Cidadania e Bem Estar Social, acusado no Paraná de apropriação indébita. O Secretário de Educação, por não prestar contas de verba do FUNDEF e direcionamento e fracionamento de Licitações. São raras coincidências e aí em razão disto, que me enoja, em razão de tudo isto, faço um desafio público ao Senhor Prefeito, aonde gostaria que ele abrisse as portas por 90 (noventa) dias, para este Vereador e sua equipe fazer diligências, em todos os Departamentos e Secretarias desta Prefeitura, sem ser barrado. Um documento, como fizeram comigo, quando fui fazer a fiscalização no RH, alegando que eu pedi documentos que feria os interesses deles, não da instituição. Se ele topar este desafio, se o Prefeito topar este desafio, e durante os 90 (noventa) dias eu não encontrar nenhuma irregularidade, deixo aqui a carta por antecipação, peço renúncia do meu cargo! Em 90 (noventa) dias. Isto é muito sério o que eu estou falando. Peço



Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

32

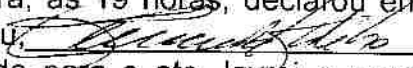
renúncia do meu cargo, se ele abrir as portas e eu não encontrar uma irregularidade. Quero deixar bem claro, que estas que eu citei, não estão valendo! Porque já foram denunciadas e eu sei, aonde estão as irregularidades, quero provar para esta Casa! E voltando o que o Paulão falou, será, se for provado que houve irregularidade, esta Casa fiscalizará e eu não tenho dúvida disto. Mas gostaria de fazer este desafio ao Prefeito, se eu encontrar, que ele também renuncie! Que ele tenha a hombridade de fazer como eu, porque fui eleito pelo povo, que tenho responsabilidade! Que ele também renuncie e se ele não renunciar que esta Casa abra uma CEI, abra uma Comissão Processante, que tome as devidas providências com relação, não só a este Prefeito e a mim, se couber também. Então fica aí, feito o desafio, que me venha resposta. Porque semana que vem começo a cobrar. E comesse a contar a partir da semana que vem, se ele concordar. É uma pena que a Imprensa não está aqui, mas que os mensageiros dele que estão por aí, façam chegar aos ouvidos do Prefeito! Porque este desafio não é para brincar, é para valer, e aí vamos ver quem é que está errado. E por falar em denúncia, vou começar com uma aqui". **Senhor Presidente:** "Vereador, a gente está sendo muito tolerante com Vossa Excelência. Olha, a gente já deu até 03 (três) minutos para que Vossa Excelência terminasse a sua conclusão. Eu vou conceder mais 01 (um) minuto para que Vossa Excelência encerre o seu pronunciamento por favor!". **Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Então encerrarei com esta denúncia. O Senhor Prefeito, através da Secretaria de Cidadania, contratou em Agosto e Setembro, antes das eleições, pessoas na Frente de Trabalho, para poder trabalhar, cumprindo a carga horária de 06 (seis) horas, com compromisso, depois deste horário, depois do almoço, algumas destas pessoas que achavam de confiança, trabalharem em campanha eleitoral durante a campanha. Aí depois da esposa diplomada, ele pegou, incoerentemente, bom para o povo, denúncia que chegou ao meu Gabinete, mandou embora mais de 60 (sessenta) pessoas e estas pessoas não gostaram, porque deram o sangue na campanha e existia um compromisso verbal aonde eles trabalhariam aí por mais ou menos 90 (noventa) dias e com o compromisso de ficar 01(um) ano e meio a 02 (dois) anos e isto não ocorreu. Então, está aqui a denúncia, por escrito, reconhecido assinatura por semelhança, aonde ela diz e prova, que foi usada em questões eleitorais, e não foi cumprida a promessa. Sabe o que aconteceu? Ela foi em meu Gabinete depois denunciou, ficou preocupada, procurou a pessoa de nome João Paladar, contou a história a este rapaz, quando falou que era o Adailton que estava por trás, quase fez xixi na roupa. Pegou esta mulher, levou para a Administração e foi recontratada. Erraram duas vezes, demitiram, fizera sua rescisão, depositaram em conta corrente. Deram a Carta de Apresentação para ela e depois recontrataram com medo e não ocorreu só com essa não. Eu tenho mais outra. Eu estou contando uma, porque está aqui, como diz os outros, é ponta firme..." **Senhor Presidente:** "Vereador, a gente às vezes pode estar sendo até". **Vereador ADAÍLTON SÁ DOS SANTOS:** "Já encerrei". **Senhor Presidente:** "Mas Vossa Excelência pode até sugerir uma alteração no Regimento Interno da Casa, alterando este prazo de fala, porque 10 (dez) minuto não está sendo suficiente. Então acho que Vossa Excelência pode propor uma alteração no Regimento, que isto vá para 30 (trinta) minutos, 01 (uma) hora. O Senhor vai me desculpar, mas na próxima Sessão, Vossa Excelência, estou dizendo, vamos cumprir o Regimento da Casa." **Vereador Adailton Sá dos**



Câmara Municipal de Hortolândia

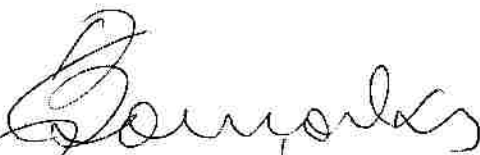
ESTADO DE SÃO PAULO

33


Santos: "Muito obrigado". Não havendo mais inscritos para falar na Tribuna e sem mais a tratar nesta sessão, o Senhor Presidente da Sessão encerrou os trabalhos da Sessão Ordinária de 27 de março de 2007. Por fim, convocou os Senhores Vereadores para a 9ª Sessão Ordinária a realizar-se no dia 03 de Abril de 2007, terça-feira, às 19 horas, declarou encerrada a presente Sessão, às 22h30min., da qual, eu,  (Luiz Fernando de Toledo), servidor designado para o ato, lavrei a presente Ata que lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e demais membros da Mesa Diretora.



Dr. George Julien Burlandy



Clodomiro Benedito Gonçalves – 1º Secretário



Paulo Pereira Filho – 2º Secretário